

Sumário

Número de notícias: 52 | Número de veículos: 38

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mais do que cobrar imposto, Lula precisa lidar com conflito social profundo (Vinicius Torres Freire) 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Arcabouço será aprovado", afirma Pacheco, sem descartar mudanças 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Proposta de regra fiscal deixa o governo sem o benefício da dúvida 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bancada Psol-Rede na Câmara critica texto do novo arcabouço 12

FOLHA ONLINE - SP - PAINEL S.A.
REFORMA TRIBUTÁRIA

Defensores da CPMF tentam reanimar proposta 14

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco diz que arcabouço fiscal pode ser aprovado com mudanças 15

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Instalação da CPMI definitivamente não atrasa arcabouço fiscal, diz Pacheco 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Visão do Correio: Da derrama à reforma tributária, o ideal de liberdade 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira nomeia aliado como relator do arcabouço fiscal 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad quer cobrança de imposto de sites asiáticos na transação 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributar varejistas estrangeiras é valorizar o Brasil (Artigo) 21

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Shein promete investir R\$ 750 milhões no Brasil e gerar 100 mil empregos - TEMA DO DIA 22

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator diz que proposta de novas regras fiscais é prioritária e não será prejudicada por CPMI 23

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad promete ao varejo plano para adequar compras de plataformas asiáticas	24
FOLHA ONLINE - SP - HÉLIO SCHWARTSMAN REFORMA TRIBUTÁRIA	
Entre a omelete e os ovos	25
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo federal libera R\$ 1,5 bilhão para santas casas	26
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad diz que Shein deve nacionalizar 85% das vendas no Brasil	28
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lira anuncia Cláudio Cajado como relator do arcabouço fiscal	29
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo vai apoiar CPMI de atos golpistas	30
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo deve anunciar em algumas semanas medidas para impulsionar PPPs em âmbito federal	32
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Em Londres, Pacheco cobra de presidente do BC 'redução imediata' de taxa de juros	33
PORTAL UOL - COLUNA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo teme que nova crise atrase aprovação da proposta sobre regra fiscal	34
FOLHA ONLINE - SP REFORMA TRIBUTÁRIA	
Que imposto é esse (Que imposto é esse)	35
FOLHA ONLINE - SP - BANCO CENTRAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Com Campos Neto na plateia, Pacheco diz que Brasil está obstinado por queda nos juros	37
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Como a crise no GSI pode atrasar a aprovação do novo arcabouço fiscal	38
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS ANFIP	
Secretário da Unafisco defende taxaço dos mais risco para garantir justiça social	39
O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Exceções demais, firmeza de menos (Editorial)	41
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo promete combater sonegação, mas não diz como - MERCADO S/A	43

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ANFIP

"O lucro não é tributado" 45

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso deve mexer no teto de Lula - VINICIUS TORRES FREIRE 47

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal enfrenta resistências de direita e esquerda no Congresso 49

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Confederações patronais divulgam manifesto conjunto por reforma tributária justa e igualitária -
COMÉRCIO EM PAUTA 51

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Viabilidade da nova regra fiscal ainda preocupa, diz FGV Ibre 53

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária beneficiará os mais pobres - OPINIÃO JURÍDICA 55

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
ANFIP

Secretário-geral da Unafisco sobre reforma tributária: Cada vez mais madura 57

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

PT na Câmara vai trabalhar pelo aprimoramento e aprovação do arcabouço 59

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
ANFIP

Sindicatos cobram participação de trabalhadores no debate da reforma tributária 61

FOLHA ONLINE - SP - PAINEL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária tem de incluir dívidas dos estados, diz Cláudio Castro 62

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Viabilidade do arcabouço fiscal ainda preocupa, alerta FGV Ibre 63

FOLHA ONLINE - SP - FOLHA INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo federal não decretou fim da Zona Franca de Manaus, ao contrário do que diz post
..... 65

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

A busca pelo crescimento e o papel do Estado (Artigo) 67

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tarcísio diz que São Paulo apoia aprovação de reforma tributária pelo Congresso 68

VALOR ONLINE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que faltou dizer sobre o arcabouço fiscal 69

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Decisão do governo sobre remessa de US\$ 50 mostra como será difícil elevar arrecadação 71

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo acredita que o arcabouço será aprovado e que a maior negociação será sobre o espaço para gastos 72

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Apesar do recuo de Lula, Fazenda não desistiu de restringir vendas de Shein e Shopee 74

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço é crucial para Lula, mas depende de milagre no aumento da receita 75

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária vai deixar comida mais cara? Entenda o que está em jogo 77

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNA, CNT e CNC se unem contra alíquota única de imposto para bens e serviços - CAPITAL S/A 79

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Investidor mantém cautela de olho no fiscal 81

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira quer votar projeto na Câmara até 10 de maio 82

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Decisão mostra como será difícil elevar arrecadação 83

Mais do que cobrar imposto, Lula precisa lidar com conflito social profundo (Vinicius Torres Freire)

Vinicius Torres Freire

Entre 2016 a 2022, a conversa dominante de quem tinha o poder de direito era a limitação do gasto do governo. Em tese, era o objetivo principal da política econômica. De 2023 em diante, o assunto central deve ser o aumento de **impostos**.

A economia e o país dependem de muitas outras mudanças, decerto. Mas o pilar do projeto de estabilização de Lula 3 é um aumento de arrecadação em ritmo muito maior do que o do crescimento da economia. A base desse projeto é o " novo arcabouço fiscal ".

A fim de que o plano de estabilização funcione, é preciso ainda que o crescimento da economia seja, no mínimo, maior do que o da média dos últimos 30 anos e quase o dobro do que se viu nos anos menos anormais depois da Grande Recessão.

Essa conversa parece banal até que se pense em como tem se desenrolado aquilo que, para resumir, se chama de "conflito distributivo" (na verdade, redistributivo, pois na maior parte relativo à disputa a respeito de **impostos** e pagamentos via Estado).

A reforma da Previdência foi aprovada quase um quarto de século depois de proposta. Vingou em uma situação de colapso da oposição e da esquerda. A **reforma tributária**, quase tão idosa, é mera possibilidade.

O controle de gastos foi feito de modo insustentável por um governo que imaginava não ter muito a perder. Isto é, a meta final do bolsonarismo era o golpe e seu modus operandi era a desconsideração geral de direitos e de acordos reformistas democráticos. O salário de servidores foi apenas congelado, assim como o reajuste real do salário mínimo. Despesas essenciais foram apenas cortadas como se não houvesse amanhã.

A despesa pública é uma desordem exagerada e ineficiente, assim como a distribuição da carga tributária é motivo de ineficiência econômica e privilégio. Mas o que os governos "liberais" (2016-

2022) fizeram, em especial o das trevas, foi sufocar parte dos envolvidos no conflito redistributivo e congelar despesas de modo insustentável. Não houve remanejamento e revisão de gasto, menos ainda acordo social.

As reformas de mercado eram "acessórios" tratados com maior ou menor atenção, a depender dos interesses dos amigos do poder. A mudança no trabalho e na Previdência passaram; em **impostos** e proteções contra a concorrência emperraram.

Essa é uma descrição sumária de como são difíceis a reforma do Estado, a estabilização econômica e mudanças necessárias para a criação de uma economia funcional de mercado. Nem se mencione que estamos longe da criação de um sistema amplo e eficaz de proteção social.

Esses problemas não vão desaparecer. Apenas serão virados de avesso por Lula 3: em vez de contenção de gasto, um grande aumento de imposto, em parte de fato necessário desde 2015.

Não se trata de um problema de técnica de tributação. É um conflito social profundo. Para dificultar a tarefa, Lula 3 ainda não tem um plano de aceleração de crescimento que vá além das receitas anacrônicas e tristemente ignorantes de uma esquerda atolada na idealização de um passado de fracassos estruturais ou que provocou grande iniquidade (variantes de desenvolvimentismo pós-1950).

O combate mais ferrenho vai acontecer em 2023 e 2024. É o prazo para Lula atingir algumas de suas metas de política macroeconômica (no caso, dívida e déficits). Em 2025, o jogo estará jogado, para o bem ou para o mal.

Difícilmente o resultado será brilhante, pois o mundo vai mal e o plano fiscal de Lula não permite antecipar o controle da dívida -a prova desse pudim será comê-lo. Logo, será difícil haver antecipação de queda grande de taxas de juros e algum crescimento adicional por esse motivo.

Um conflito social profundo não vai ser resolvido com

truques tributários. Lula precisa de uma conversa muito mais ampla

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniciustorres/2023/04/mais-do-que-cobrar-imposto-lula-precisa-lidar-com-conflito-social-profundo.shtml>

"Arcabouço será aprovado", afirma Pacheco, sem descartar mudanças

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que o projeto do novo arcabouço fiscal encaminhado pelo governo ao Congresso está bem estruturado e que "será aprovado". O senador afirmou que a essência do projeto agradou à maioria da Casa, mas disse que "eventuais mudanças" podem ser feitas "se for para melhorar".

Pacheco negou que a provável instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre os atos golpistas de 8 de janeiro prejudique a tramitação do arcabouço fiscal ou da **reforma tributária** no Congresso.

Pacheco afirmou que o requerimento para a instalação da CPMI será lido no plenário do Congresso na quarta-feira.

A comissão ganhou força esta semana, após vir a público imagens do então ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Gonçalves Dias, conduzindo a saída dos golpistas que invadiram o Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro.

"Definitivamente, não. Temos senso de urgência em relação ao arcabouço fiscal", disse Pacheco, lembrando que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já prometeu aprovar o projeto na Casa até o dia 10 de maio.

Segundo ele, quando o projeto chegar ao Senado, também será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), comandada pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP). "Alcolumbre já disse que cuidará da rapidez. Votaremos arcabouço em qualquer circunstância, inclusive com a CPMI", completou.

O presidente do Senado ainda disse que o arcabouço será aprovado antes da **reforma tributária**, que é mais complexa e exige maior discussão.

"Depois, vamos nos dedicar à tributária." |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Proposta de regra fiscal deixa o governo sem o benefício da dívida



Alexa Salomão

Garantir de R\$100 bilhões a R\$ 150 bilhões de receitas recorrentes, todos os anos. Sem isso, dificilmente os especialistas em contas públicas vão endossar a nova regra fiscal do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), diz o economista Bráulio Borges, especialista em contas públicas.

"O mercado pode começar a acreditar quando o governo entregar as medidas que está prometendo para aumentar a receita -e não qualquer medida, mas as mais polpudas, que trazem R\$ 30 bilhões, R\$ 50 bilhões", afirma ele.

Esse compromisso se tornou mais premente após o Ministério da Fazenda enviar ao Congresso uma regra com mecanismos de cobrança mais frouxos em caso de descumprimento das metas a que se comprometeu, e também quando ficou claro que o esforço inicial não garante uma redução da dívida no atual mandato.

"A meta, apresentada pela Fazenda, de sair de um déficit de 0,5% do **PIB** [Produto Interno Bruto] neste ano para o superávit de 1,26% em 20-26, não vai estar no projeto de lei complementar. Vai constar, todos os anos, da LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias]", afirma Borges em entrevista à Folha. "Então, nada garante esse número anunciado pelo ministro Haddad." * A Faria Lima, avenida que serve de apelido

para o conjunto do mercado financeiro, recebeu mal os detalhes do arcabouço fiscal enviado ao Congresso. Mas integrantes do governo, especialmente a base do PT, reclamam que o ajuste proposto pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é mais forte que o teto de gastos. Como isso é possível? Vamos voltar no tempo. O teto de gastos buscava uma melhora no resultado primário de quatro pontos percentuais do **PIB** em dez anos, cortando gastos. Seria uma queda de 0,4% ao ano, na média.

A consolidação fiscal proposta pelo governo Lula sai de um déficit primário de -1% do **PIB** neste ano para chegar a um superávit de 1% em 2026. A gente está falando aqui de uma consolidação fiscal de aproximadamente dois pontos percentuais, 0,5% ao ano. Mas a gente sabe que boa parte disso precisa ser feita com aumento de receita.

O teto tinha a proposta de levar a despesa de 19,9% do **PIB** para perto de 16% em dez anos. A nova regra, em quatro, busca uma estabilização da despesa. Ela foi de 18,1% em 2022 e deve ficar em 18,9% neste ano. Simulei seis cenários distintos, com crescimento maior e menor do **PIB**, com e sem aumento de carga tributária. A despesa ficaria entre 18,2% e 18,8% em 2026.

Os horizontes são diferentes, mas a consolidação total apresentada lá atrás pelo teto era o dobro da proposta na regra atual.

Mas no caso do teto teve um truque no começo. O aperto não foi linear. Lá em 2016, o déficit projetado foi revisado para muito pior. Isso levou a um reajuste da despesa maior do que se esperava, pois o teto era a despesa efetiva de 2016, corrigida pelo IPCA dos anos seguintes.

Apesar de ousado, a crítica que não aparece, e precisa ser feita, é que o teto não entregou a sustentabilidade fiscal, entendida como dívida pública estável e cadente, e se mostrou, com o tempo, inviável, mas, como o ajuste proposto pelo teto ocorria pelo lado da despesa, não pelo lado da receita, como agora, o mercado deu o benefício da dívida.

De 2017 a 2019, a dívida pública brasileira subiu nove pontos percentuais do **PIB**. O teto não estabilizou a dívida nos anos iniciais, muito pelo contrário.

Volta para 2019, antes da pandemia, porque a pandemia bagunçou muita coisa. Naquele momento, o consenso do mercado dizia que a dívida pública iria subir mais quatro pontos percentuais nos quatro anos seguintes. Ou seja, não havia a expectativa de que o teto fosse estabilizar a dívida antes de 2023 ou 2024.

Em 2019, começou a ficar um pouco mais difícil cumprir o teto, mesmo com a reforma da Previdência. Esse é um ponto importante. Foi vendida a ideia de que a reforma da Previdência era uma das principais medidas para o cumprimento do teto, e não é verdade. Foi aprovada em 2019 uma reforma ainda mais potente do que a sugerida antes, mas mesmo assim não foi suficiente.

O investimento foi sendo cortado. O Bolsa Família ficou congelado até 2021. Os servidores deixaram de ter reajuste. O salário mínimo não teve ganho real.

Em setembro de 2019, Fabio Giambiagi e Guilherme Tinoco lançaram uma proposta de revisão do teto em 2023, em um novo governo, pela simples constatação de que o teto original era inviável.

No fim do ano passado, mostrando esse estrangulamento, o governo eleito conseguiu aumentar os gastos com a aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição). Isso também facilita o ajuste inicialmente, como ocorreu com o teto? A PEC fez um reajuste na despesa de R\$ 170 bilhões -na prática, foi de R\$ 145 bilhões, porque cerca de R\$ 24 bilhões são recursos das contas abandonadas do PIS que o governo quer sacar para financiar obras de investimento neste ano.

Foram reajustadas, em boa parte, despesas obrigatórias, com o Bolsa Família. Essa é outra questão importante.

Entre 2004 e 2020, o Brasil gastou cerca de 0,4% do **PIB** por ano com o Bolsa Família.

Em 2021, chegou a 1,1%. Agora, com R\$ 600 e benefícios adicionais para crianças e jovens, vai a 1,5% do **PIB** de 2023 em diante. Ou seja, houve um aumento de pouco mais de um ponto percentual do **PIB** de uma despesa obrigatória -e isso ocorreria com Lula, Jair Bolsonaro, Simone Tebet ou Ciro Gomes, conforme vimos no debate eleitoral.

Ora, um aumento da despesa obrigatória dessa ordem de grandeza precisa ser financiado com sustentabilidade fiscal. Contudo, sabemos que é quase impossível fazer isso com cortes tempestivos de 1% do **PIB** de outras despesas. Ainda mais quando é

preciso recompor investimento público, gastos com saúde e educação, por exemplo.

Nesse caso, a PEC dificultou o cumprimento das metas fiscais. Não é à toa que precisam de R\$ 100 bilhões a R\$ 150 bilhões de receita recorrente adicional para entregar as metas. A PEC criou o tamanho do ajuste sobre o qual falamos agora.

É quase o inverso, então, ela dificulta a nova regra agora? Sim. Daí toda a briga na tentativa de limitar o tamanho do ajuste do Orçamento de 2023 logo após as eleições. Havia necessidade de recomposição em várias rubricas, mas, por outro lado, a sustentabilidade fiscal demandava cautela.

O ponto crucial em toda a discussão é dívida pública. Existem muitas continhas -eu mesmo fiz várias- mostrando qual é o superávit primário necessário para a gente estabilizar a dívida em proporção do **PIB**.

Esse número mágico depende de vários fatores, como crescimento do **PIB** e taxa de juros, por exemplo. Nas minhas contas, em um cenário realista, precisamos de um superávit primário [ter mais receitas que despesas] na faixa de 1% a 1,5% do **PIB** para estabilizar a dívida e, depois, eventualmente, gerar a queda dela lá na frente.

A nova regra propõe um superávit primário de 1% do **PIB** até 2026 -o limite inferior dessa faixa que citei. Isso significa que, até lá, a dívida cresce.

Ainda assim, inicialmente a regra agradou, mas depois, com o texto do Congresso, surgiram questionamentos. O que ocorreu? A proposta formal tem um enforcement muito fraco.

O que é enforcement fraco? A imposição para o cumprimento do que está sendo prometido. A meta, apresentada pela Fazenda, de sair de um déficit de 0,5% do **PIB** neste ano para o superávit de 1,26% em 2026 não vai estar no projeto de lei complementar. Vai constar, todos os anos, da LDO [Lei de Diretrizes Orçamentária]. Então, nada garante esse número anunciado por Haddad. Não está travado.

A proposta também está mudando alguns aspectos da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), o que enfraquece o compromisso da proposta. Incluímos aí a história de que o contingenciamento deixa de ser obrigatório, como prevê a LRF, e passa a ser opcional.

Também está na LRF, mas foi retirada do projeto de lei complementar a punição do Executivo pelo não cumprimento da meta.

Qual é o problema disso tudo? Como o enforcement é

fraco, a postura dos agentes econômicos é de ver para crer. O governo não tem o benefício da dúvida -e, por não ter, não antecipa, via expectativas, ganhos como a melhora no câmbio.

O que melhoraria a confiança? O mercado pode começar a acreditar quando o governo entregar as medidas que está prometendo para aumentar a receita -e não qualquer medida, mas as mais polpudas, que trazem R\$ 30 bilhões, R\$ 50 bilhões em receitas recorrentes.

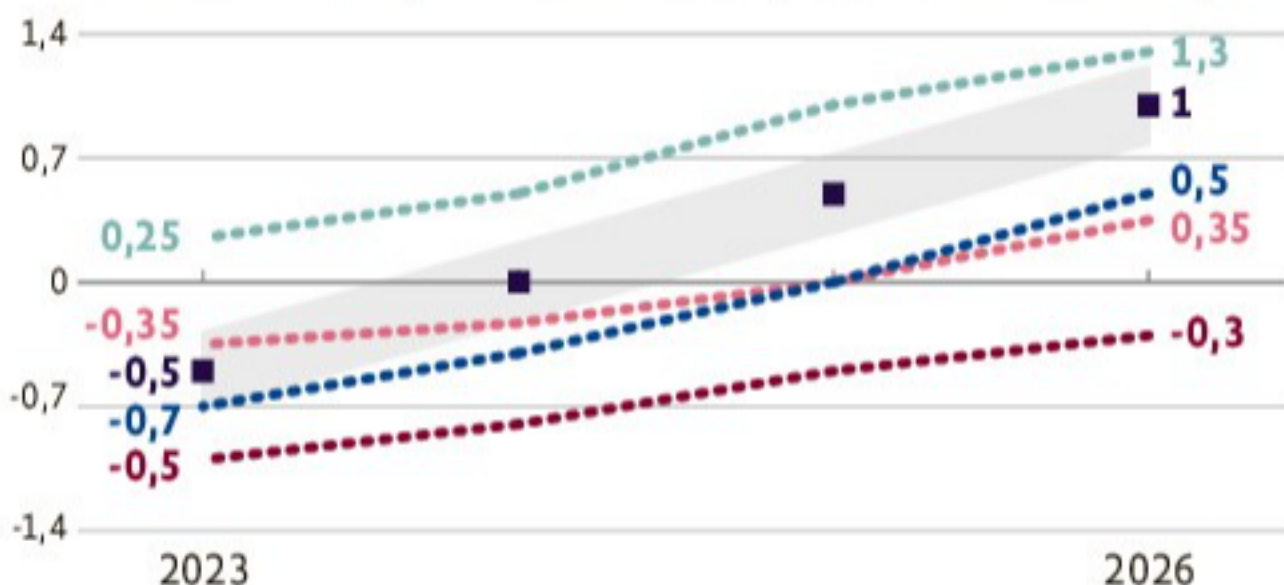
Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50254&maxTouch=0&anchor=6476289&pd=048b477e39cd90c2e443edf6effecd0f>

Projeção para o resultado primário do setor público

Resultado primário em % do PIB

- Projeção em 31.dez.2019
(após aprovação da Reforma da Previdência e antes da pandemia)
- Projeção em 30.jul.2021
(antes da apresentação e aprov. da PEC dos Precatórios)
- Projeção em 31.mai.2022
(antes da apresentação e aprov. das PECs Kamikaze e da Transição)
- Projeção mais recente (14.abr.2023)
- Meta proposta em mar.2023
- Faixa de resultado primário necessário para estabilizar a dívida/PIB



Fonte Relatório Focus do Banco Central

Bancada Psol-Rede na Câmara critica texto do novo arcabouço

Victor Correia

A bancada da federação Psol-Rede na Câmara, que forma a base do governo, criticou a proposta do novo arcabouço fiscal enviada ao Congresso pelo Executivo. Em nota emitida nesta sexta-feira (21/4), as legendas destacam que o marco mantém a lógica de âncora que baseia o teto de gastos, o que restringe investimentos. Os partidos reforçaram, porém, o apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e anunciaram que apresentarão uma série de mudanças no texto durante sua tramitação.

A proposta mantém a lógica política de uma âncora que restringe a capacidade do Estado de investir na garantia dos direitos da população brasileira, mantendo a estabilização da dívida pública para atender os interesses do mercado financeiro, diz o documento.

Para as legendas, apesar da limitação do investimento ser o principal problema, o novo marco também prejudica os mínimos constitucionais da Saúde e Educação ao limitar o gasto a 70% das receitas do ano anterior, sendo que os mínimos determinam crescimento de 100% em ambas as áreas. Outro problema apontado é que o arcabouço dificulta a criação de uma política robusta de valorização do salário mínimo.

As legendas também citaram a política do Banco Central de manter alto o patamar de juros no país. Esse cenário exige ousadia. Não podemos ter um governo de mãos atadas, seja pela política monetária de [Roberto] Campos Neto, seja pela política de restrição de investimentos proposta no novo marco fiscal, frisa a bancada. É curioso que nenhum dos defensores da austeridade fiscal nas contas públicas defenda um teto ou limite para os serviços da dívida, acrescenta.

Os parlamentares apresentarão, na próxima semana, um conjunto de propostas visando mudanças estruturais no arcabouço.

Confira a nota da Federação Psol-Rede na íntegra:

A Federação PSOL/REDE compõe a base do governo Lula e entende que o seu sucesso é decisivo para derrotar o bolsonarismo. Ainda mais num cenário em

que a extrema direita permanece forte e o mercado financeiro avança sobre os recursos públicos com taxas de juros escorchantes. Justamente por isso, vemos com muita preocupação a proposta enviada ao Congresso do novo marco fiscal.

A proposta mantém a lógica política de uma "âncora" que restringe a capacidade do Estado de investir na garantia dos direitos da população brasileira, mantendo a estabilização da dívida pública para atender os interesses do mercado financeiro.

Mesmo que em forma de lei complementar, que pode ser alterada com mais facilidade em caso de crises mais severas, projeções iniciais demonstram que caso a regra estivesse valendo desde o início do primeiro governo Lula (2003), os investimentos em áreas sociais teriam sido severamente comprometidos e prejudicadas conquistas importantes, como o Bolsa Família e a expansão das universidades federais.

Ou seja, hoje viveríamos em um país ainda mais desigual e injusto.

Este é o maior problema da regra proposta: limitar o investimento público, ainda mais diante de grandes incertezas sobre o ritmo de crescimento do Brasil e da economia mundial, enquanto mantém sem limite os gastos financeiros com o serviço da dívida. É justamente quando há crise, desemprego, **inflação** e aumento da miséria, que o papel anticíclico do investimento público se mostra decisivo.

Além disso, a proposta representa uma ameaça sobre os mínimos constitucionais de Saúde e Educação visto que a dinâmica de limitar o gasto a 70% das receitas do ano anterior é incompatível com o fato de que o cumprimento dos mínimos determina o crescimento de 100% nessas áreas, criando uma forte pressão sobre os demais gastos públicos. A proposta também dificulta a implementação de uma política robusta de valorização do salário mínimo.

A situação torna-se ainda mais crítica quando a política monetária do Banco Central mantém as maiores taxas de juros do mundo, sem qualquer base técnica que justifique tal medida, fazendo com que o BC seja utilizado para boicotar o crescimento econômico e a geração de emprego no país.

Esse cenário exige ousadia. Não podemos ter um governo de mãos atadas, seja pela política monetária de Campos Neto, seja pela política de restrição de investimentos proposta no novo marco fiscal.

Queremos que o governo Lula, do qual compomos a base, cumpra com as promessas de campanha: invista pesado em saúde e educação, faça obras de infraestrutura e amplie programas sociais, propondo também progressividade no projeto de **reforma tributária**.

É preciso desmascarar o discurso da "crise orçamentária permanente" que há anos os neoliberais utilizam para justificar suas tentativas de controlar o destino do fundo público brasileiro. É curioso que nenhum dos defensores da austeridade fiscal nas contas públicas defenda um teto ou limite para os serviços da dívida.

Da forma como foi apresentada, a proposta de novo marco fiscal cria, portanto, uma amarra para o sucesso econômico e social do governo Lula.

Assim, coerente com sua história e consciente de suas responsabilidades, a bancada do PSOL/REDE no Congresso Nacional vai lutar por mudanças estruturais na proposta, que assegurem direitos, contra uma lógica de ajuste fiscal sobre os trabalhadores. Somente assim será possível desbloquear o caminho para os investimentos públicos.

Apresentaremos já na próxima semana um conjunto de propostas nesta direção e buscaremos os partidos do campo progressista e movimentos sociais para atuação conjunta.

Brasília, 21 de abril de 2023.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/04/508-9131-bancada-psol-rede-na-camara-critica-texto-do-novo-arcabouco.html>

Defensores da CPMF tentam reanimar proposta

Painel S.A.

Os defensores da volta da CPMF, que ganharam atenção nas discussões da reforma tributária durante o governo Bolsonaro, ainda avaliam que a proposta não está morta.

A ideia de criar uma contribuição previdenciária sobre movimentação financeira para desonerar a folha de pagamento ganhou espaço no debate até o ano passado porque tinha o apoio do ex-ministro Paulo Guedes, mas perdeu temperatura com o fim do governo.

Luigi Nese, presidente da CNS (Confederação Nacional dos Serviços) e um dos maiores defensores da medida, afirma que o Congresso novo ainda não conhece sua defesa da CPMF mas a associação vai insistir na proposta.

"Estamos fazendo o esforço no Congresso. Criamos uma frente parlamentar pela desoneração da folha de pagamento. Essa frente foi constituída [em 2021] e agora estamos reconstituindo para poder apresentar uma PEC. Esse é o novo objetivo", diz Nese.

A ideia de alargar a base tributária é o principal argumento da CNS.

"A base tributária sobre folha de pagamento ou sobre faturamento que hoje existe para financiar a Previdência não é base suportável para resolver o déficit da Previdência, enquanto que na contribuição sobre movimentação financeira é possível fazer isso para que toda a sociedade pague", afirma.

Joana Cunha com Fernanda Brigatti

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2023/04/defensores-da-cpmf-tentam-reanimar-proposta.shtml>

Pacheco diz que arcabouço fiscal pode ser aprovado com mudanças

Rafaela Gonçalves

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou, nesta sexta-feira (21/4), que o novo arcabouço fiscal, encaminhado pelo governo ao Congresso, está bem estruturado e "será aprovado", pois a essência do projeto agradou a maioria do Senado. No entanto, sem dar detalhes, Pacheco sugeriu que eventuais mudanças podem ser feitas para melhorar o projeto.

Pacheco negou que a provável instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre os atos golpistas de 8 de janeiro prejudique a tramitação do projeto. "Definitivamente, não. Temos senso de urgência em relação ao arcabouço fiscal", disse em entrevista à CNN Brasil.

Ainda segundo ele, quando o projeto chegar ao Senado, também será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), comandada pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP). "Alcolumbre já disse que cuidará da rapidez. Votaremos arcabouço em qualquer circunstância, inclusive com a CPMI", acrescentou o parlamentar, que ressaltou ainda que o arcabouço será aprovado antes da **reforma tributária**, que é mais complexa e exige maior discussão.

O requerimento para a instalação da CPMI será lido no plenário do Congresso na próxima quarta-feira (26). A comissão ganhou força nesta semana, após a divulgação de imagens do então ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Gonçalves Dias, conduzindo a saída dos golpistas que invadiram o Palácio do Planalto. Sobre a comissão, Pacheco disse que nunca se opôs à instalação e que, inclusive, achava bastante razoável. O evento recente do ministro do GSI, agora exonerado, é uma circunstância a mais a ser apurada em CPMI.

Receitas

Pelos cálculos do governo, faltam cerca de R\$ 155 bilhões em receitas para fechar as contas do ano que vem, já considerando a nova regra fiscal. Durante a entrevista, o presidente do Senado reconheceu também que há um desafio pela frente para aumentar a arrecadação sem aumentar os **impostos**. "Temos desafio muito importante para sustentar arcabouço que são projetos de arrecadação sem novos

impostos", frisou.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/04/5088990-pacheco-diz-que-arcabouco-fiscal-pode-ser-aprovado-com-mudancas.html>

Instalação da CPMI definitivamente não atrasa arcabouço fiscal, diz Pacheco

Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), negou que a provável instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre os atos golpistas de 8 de janeiro prejudique a tramitação do arcabouço fiscal ou da **reforma tributária** no Congresso. Pacheco afirmou que o requerimento para a instalação da CPMI será lido no plenário do Congresso na próxima quarta-feira, dia 26.

A comissão ganhou força esta semana, após vir a público imagens do então ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Gonçalves Dias, conduzindo a saída dos golpistas que invadiram o Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro.

Definitivamente, não. Temos senso de urgência em relação ao arcabouço fiscal, disse Pacheco, lembrando que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já prometeu aprovar o projeto na Casa até o dia 10 de maio.

Segundo ele, quando o projeto chegar ao Senado, também será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), comandada pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP). Alcolumbre já disse que cuidará da rapidez. Votaremos arcabouço em qualquer circunstância, inclusive com a CPMI, completou.

O presidente do Senado ainda disse que o arcabouço será aprovado antes da **reforma tributária**, que é mais complexa e exige maior discussão. Depois, vamos nos dedicar à tributária.

Sobre a CPMI, Pacheco disse que nunca se opôs à instalação, que, inclusive, achava bastante razoável diante dos atos de 8 de janeiro. O evento recente do ministro do GSI, agora exonerado, é uma circunstância a mais a ser apurada em CPMI.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/04/21/instalacao-da-cpmi-definitivamente-nao-atrasa-arcabouco-fiscal-diz-pacheco.htm>

Visão do Correio: Da derrama à reforma tributária, o ideal de liberdade

Correio Braziliense

Há exatos 231 anos, Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido como Tiradentes, era executado pela Coroa Portuguesa, pondo fim à revolta contra a cobrança do quinto e a prática da derrama pelo Império. Embora o movimento tenha sido sufocado, o ideal de liberdade que norteou a Inconfidência Mineira contra a cobrança do imposto de 20% de todo o ouro produzido no Brasil e exigindo de forma violenta a cobrança dos **impostos** em atraso dos cidadãos permaneceu vivo por esses mais de dois séculos.

No momento no qual o Brasil se vê novamente castigado por uma alta carga tributária e medidas que visam cobrar de empresas e cidadãos que devem ao Fisco, é preciso estar atento à proposta de **reforma tributária** que será encampada pelo governo federal e votada no Congresso Nacional. O que se espera é que a reformulação dos **impostos**, reivindicada por toda a sociedade há quase 30 anos, não resulte em aumento da carga tributária sobre os contribuintes. No último dia 30, o Tesouro Nacional estimou que a carga tributária bruta no Brasil fechou o ano passado representando 33,71% do Produto Interno Brasileiro (**PIB**), com aumento de 0,65 ponto percentual sobre 2021.

A carga tributária bruta de 2022 é a maior desde 2010 e representou um total de R\$ 3,34 bilhões recolhidos aos cofres da União, estados, municípios, Sistema S e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). E o governo federal foi o que mais avançou sobre o bolso dos cidadãos e viu sua carga crescer 0,86 ponto percentual, contra 0,14 ponto dos municípios. Já os estados, que tiveram, por força de lei, de reduzir as alíquotas do Imposto sobre Comercialização de Mercadoria e Serviços (ICMS), tiveram sua carga tributária diminuída em 0,34 ponto percentual do **PIB**. A carga tributária bruta do Brasil é superior à dos Estados Unidos, na casa de 25% do **PIB**, inferior à média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é de 34,11% da geração de riqueza. O Brasil está ainda muito acima da média da América Latina, de 21,90% do **PIB**.

O complexo quadro tributário brasileiro, com **impostos** em todas as esferas e uma quantidade de exceções e regras adicionais, é um peso e um estorvo na vida de

empresas e cidadãos. De acordo com o Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo, de 1º de janeiro até as 17h de ontem, foram recolhidos R\$ 951,685 bilhões em **impostos** no Brasil. Ainda de acordo com a ferramenta que estima em tempo real o recolhimento de **tributos** no país, um brasileiro precisará trabalhar 149 dias deste ano apenas para pagar **impostos**.

Não há hoje o quadro draconiano que levou os inconfidentes - intelectuais, militares, fazendeiros e religiosos - a se movimentarem contra o Fisco português no fim do século 18. Mas é preciso permanecer atento para que o discurso de que as Propostas de Emenda à Constituição 45 e 110, que tramitam no Congresso Nacional com a garantia de simplificar a estrutura tributária, não seja apenas uma promessa. Há o risco de que as propostas, que se referem apenas aos **impostos** sobre o consumo de bens e serviços e que são altamente regressivos, aumentem o peso dos **tributos** sobre o orçamento das famílias, sobretudo as **menos** favorecidas do ponto de vista financeiro. Não à toa já há economistas que falam de risco de insurreição a partir de um fracasso da **reforma tributária**. Assim como no século 18, os brasileiros não suportam arcar com mais **impostos**.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/opiniaio/2023/04/5088898-visao-do-correio-da-derrama-a-reforma-tributaria-o-ideal-de-liberdade.html>

Lira nomeia aliado como relator do arcabouço fiscal



Relator da proposta de regras para controlar despesas, Cláudio Cajado admite que, se para melhor, o projeto pode ser alterado

Victoria Azevedo, João Gabriel, Danielle Brant e Nathalia Garcia

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), escolheu ontem um aliado do PP, o deputado Cláudio Cajado (BA), para relatar o arcabouço fiscal enviado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Congresso na última terça-feira. O anúncio foi feito em uma rede social. "Com a celeridade que o país exige, informo que o relator do PL que trata do arcabouço fiscal será o @deputadocajado, do Progressistas. Reafirmo aqui nosso compromisso com o amplo debate na apreciação da matéria", escreveu.

O presidente da Câmara pretende, com a colaboração dos líderes partidários, aprovar a proposta na Casa até o dia 10 de maio. "Nós temos um compromisso e um desafio muito grande de discutir uma **reforma tributária** no primeiro semestre. E é importante que tenhamos o arcabouço com todas as suas condicionantes discutidas e votadas antes disso" disse Lira em entrevista coletiva na terça-feira, após receber a proposta do presidente Lula. "Se pudermos cumprir o prazo de até o dia 10 de maio na Câmara, eu acho que atende bem", acrescentou Lira, destacando que o cronograma permitiria quase 15 dias de debates. Lira disse que espera que a proposta seja aprovada com mais de 308 votos em Plenário.

Relator do arcabouço fiscal, Cajado disse ontem que, na visão dele, "obviamente" o governo vai ter que fazer "esforço" para conseguir o aumento de receitas que dará equilíbrio às contas públicas. O objetivo do arcabouço é permitir que o governo faça despesas e investimentos considerados essenciais sem perder o controle das contas públicas.

Para isso, o texto prevê uma série de mecanismos para controlar os gastos. Um dos dispositivos prevê

atrelar o crescimento das despesas ao crescimento das receitas. Mas o texto não prevê corte de gastos. "Obviamente, o governo vai ter que fazer o esforço para conseguir a receita necessária para manter as despesas equilibradas", afirmou o relator. Ele disse que, no momento, não tem condições de dizer se vai deixar o texto "mais duro ou menos duro". "Se tivermos que alterá-lo, será para melhor", completou.

NO COMANDO Cajado comandou interinamente o PP após o senador Ciro Nogueira (PI) se licenciar da presidência do partido para ocupar o ministério da Casa Civil no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Além de Cajado, disputavam a relatoria do arcabouço outros três deputados do PP: André Fufuca (MA), Fernando Monteiro (PE) e Júlio Lopes (RJ). Na avaliação do presidente da Câmara, dificuldade do governo em montar a base de parlamentares não atrapalha a tramitação do texto. O marco fiscal é a aposta do governo para substituir o teto de gastos, regra em vigor no país e que limita o aumento das despesas à **inflação** do ano anterior. O mecanismo é criticado pelo Executivo sob argumento de que engessa a capacidade de investimento.

Na gestão de Bolsonaro, o teto foi flexibilizado algumas vezes, entre elas para permitir a ampliação de gastos durante a pandemia de COVID-19 e durante o período eleitoral. O novo arcabouço fiscal enviado pelo governo prevê que a alta real da despesa, acima da **inflação**, será equivalente a 70% da variação das receitas - assegurados um piso de 0,6% e um teto de 2,5% de crescimento real dos gastos ao ano. O desenho foi pensado para que os gastos tenham um aumento real (acima da **inflação**), mas em ritmo mais moderado do que o avanço das receitas.

O texto do arcabouço prevê uma lista com tipos de despesa que não serão contabilizados nos limites anuais, como a capitalização de estatais. O governo ainda estuda ajustes ao texto ao longo da tramitação no Congresso. No Executivo, é considerada a possibilidade de ampliar a lista de exceções de despesas (embora, de acordo com os envolvidos, com impacto fiscal marginal), além de flexibilizar o uso da **inflação** nos cálculos e deixar mais claro o mecanismo de redução do limite de gastos em caso de descumprimento da meta.

OPOSIÇÃO Para o senador Plínio Valério (PSDB-AM),

que compõe o bloco de oposição a Lula, o projeto do arcabouço entregue ao Senado sofre pelo excesso de exceções à regra e por ter metas consideradas por ele como improváveis de se cumprir. "As premissas são todas uma peça de ficção. Nada há de definido sobre o montante de desonerações e menos ainda sobre as alternativas que se tornarão necessárias", afirma. "Se não estabelecermos a obrigação de cumprir metas para frear o crescimento das despesas, ou seja, de obedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal, perdemos a noção de âncora", completa.

Ele ainda cita a crise do GSI e as possíveis investigações sobre os atos de 8 de janeiro como possibilidades de se tumultuar o clima no Congresso, dificultando a tramitação da medida. "As investigações podem tomar rumos ainda imprevisíveis. É uma mudança de ambiente que, aliada às distorções aplicadas pelo governo à ideia original do arcabouço fiscal, deverá influenciar os debates", diz.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/04/2023/p1>

Haddad quer cobrança de imposto de sites asiáticos na transação

EDUARDO LAGUNA FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu ontem a empresários do varejo que vai trabalhar em um plano de adequação das compras feitas em lojas de comércio eletrônico asiáticas. Um dos objetivos seria assegurar que o imposto seja cobrado na transação.

Ao deixar a audiência com Haddad no gabinete do Ministério da Fazenda em São Paulo, o presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves Filho, disse que a regularização dessas vendas abre a perspectiva de uma competição mais justa, já que as lojas asiáticas serão enquadradas nas regras aplicadas ao comércio nacional.

"Nossa indústria e nosso varejo podem ser mais competitivos desde que sob as mesmas bases de competição", comentou Gonçalves Filho, acrescentando que as empresas de varejo vão colocar à disposição do governo seus melhores técnicos na construção de um plano de compliance para as encomendas de produtos do exterior.

"Isso é muito bom, entendemos que é um passo importante", declarou.

TRANSPARÊNCIA. Segundo o presidente do IDV, haverá maior transparência para o consumidor nas compras internacionais, já que hoje muitos se surpreendem quando o imposto das mercadorias é cobrado pela Receita. A ideia é que os preços dos produtos nos sites já incorporem o imposto cobrado no Brasil.

O executivo observou que a isenção das compras de até US\$ 50, que o governo decidiu manter, vale apenas nas transações entre pessoas físicas, sem intermediação de empresas.

"Para nós, é urgente que sejam tomadas medidas porque as mercadorias estão entrando", disse Gonçalves Filho.

"Nada impede as plataformas de começar amanhã a trabalhar dentro da lei, que já existe", disse o presidente do IDV.

O instituto também quer rigor do governo na observação se os produtos importados têm certificações de qualidade de órgãos como o Inmetro.

Ele acrescentou que a **reforma tributária** não foi pauta da reunião com Haddad, porém é possível que o tema das importações intermediadas por plataformas estrangeiras volte nas discussões sobre a mudança do sistema de recolhimento de **impostos**.

A reunião de Haddad com empresários do varejo reuniu representantes de empresas como C A, DPaschoal, Lojas Renner, Petz e Marisa. Entre eles, a empresária Luiza Helena Trajano, do Magazine Luiza.

Comércio eletrônico Instituto que representa varejistas do Brasil diz que medida vai tornar a competição mais igual

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tributar varejistas estrangeiras é valorizar o Brasil (Artigo)

Leninha Palma Presidente do Conselho de Administração da Caedu, é conselheira do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV)

Compras internacionais realizadas por pessoas físicas vêm aumentando ano a ano, impulsionadas por plataformas de e-commerce, especialmente as chinesas. Pesquisa da NielsenIQ Ebit apontou que no primeiro semestre do ano passado, dos quase 50 milhões de consumidores brasileiros que disseram ter o hábito de comprar online, mais da metade afirmou consumir de lojas estrangeiras.

A atratividade das plataformas fica por conta dos preços baixos e do prazo relativamente curto de entrega. O tema, contudo, é complexo e preocupa varejistas brasileiros; o que vemos, na prática, é uma concorrência desleal tributária, pois grande parte dessas empresas não recolhe os **impostos** devidos. Assim, fica difícil para o comerciante nacional competir de igual para igual nos valores repassados ao consumidor.

Dados apresentados recentemente pelo Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) aos seus associados indicam que em 2020, enquanto as vendas cross border somaram R\$ 22,7 bilhões, somente R\$ 895 milhões foram tributados.

Estima-se também que cerca de 22% da evasão tributária que circula pelo varejo nacional ocorra via canal digital, o que é amplificado pelo cross border.

Para os varejistas que atuam na legalidade, é inviável competir com essas plataformas.

Pegemos um produto como exemplo, apresentado pelo IDV. Um pijama de viscose numa loja brasileira vai custar, em média, R\$ 169,99. Já em sites cross border, é possível encontrar o mesmo item por um valor 67% menor.

Nas redes, usuários dizem que uma eventual taxaçoão iria contra a lógica do livre mercado. Mas o que está em jogo, na realidade, é a competitividade justa. E é sempre importante lembrar que a evasão fiscal reflete negativamente em toda a sociedade, levando a um menor investimento em serviços públicos que atendem toda a população.

O assunto deve ser contemplado pela **reforma tributária**.

O problema é que ela prevê uma transição gradual e longa, que pode levar anos. O varejo brasileiro não pode esperar tanto tempo, porque o não recolhimento correto dos **tributos** impacta toda a sociedade e desestimula o empreendedorismo nacional.

Nosso país é conhecido por sua gente criativa e trabalhadora, que está sempre desenvolvendo negócios novos.

Diante de um cenário desses, porém, não há criatividade e força de vontade que resistam.

O não recolhimento correto dos **tributos** impacta toda a sociedade e desestimula o empreendedorismo

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Tributar varejistas estrangeiras é valorizar o Brasil

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Shein promete investir R\$ 750 milhões no Brasil e gerar 100 mil empregos - TEMA DO DIA

Anúncio ocorreu após representantes da gigante chinesa se reunirem com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Companhia quer parceria com 2 mil fabricantes e nacionalizar até 85% da produção comercializada no País.

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

I "É isso, defender os interesses nacionais, gerando emprego e renda ao povo."

IURI SOUSA

I "Já era plano antigo. Nenhuma empresa investe 750 milhões após uma reunião."

CARLOS EDUARDO MELO

I "Chega de ficar mandando dinheiro para o estrangeiro. Fabricação tem que ser aqui e a **reforma tributária** vai ajudar."

EMERSON TIAGO

I "Esse governo vive de promessas. Basta ver a popularidade, que tem despencado."

FELIX MIFUNE

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relator diz que proposta de novas regras fiscais é prioritária e não será prejudicada por CPMI

Brasília

**/
Hellen Leite, do R7, em Brasília**

Designado nesta quinta-feira (20) como o relator do novo arcabouço fiscal na Câmara, o deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA) disse que a discussão da proposta que vai substituir a atual regra do teto de gastos é prioritária e não deve ser ofuscada pela instalação da CPMI do 8 de Janeiro.

O relator terá cerca de três semanas para estudar o projeto enviado pelo governo e fazer os ajustes necessários para votação no plenário.

"O projeto do novo marco fiscal é prioritário, até porque temos que avançar na **reforma tributária** e na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias]. Se a CPMI for instalada, esta terá a atenção das duas Casas, mas não acredito que vamos paralisar a Câmara, até porque temos outras matérias, tão importantes quanto, para votar. Mas penso que neste momento a prioridade é esse projeto [das novas regras fiscais]", afirmou Cajado.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), quer votar a proposta na Casa até o dia 10 de maio. Para passar pela Câmara, o projeto precisa de maioria absoluta de votos favoráveis, ou seja, 257.

Cajado afirmou que ainda não estudou a proposta do governo, mas que não está fechado para pedidos de alterações no texto. Essas mudanças já eram dadas como certas mesmo antes de o projeto chegar ao Legislativo. Parlamentares da oposição exigem, entre outros pontos, clareza quanto à contenção de despesas para garantir a meta de superávit de 1% em 2026, conforme já anunciado pelo governo federal.

A partir desse momento, estou aberto a ouvir opiniões e sugestões. Podem ser apresentadas as emendas, não estamos fechados para isso, estamos aqui para robustecer o projeto. Se tivermos que alterar, a alteração será para a melhor.

deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA)

O deputado baiano foi confirmado como relator da proposta por Lira, nas redes sociais. O nome dele já era ventilado nos bastidores para assumir a missão, por ser um aliado próximo do presidente da Câmara. Além disso, ainda que não integre a base do governo Lula, a escolha do parlamentar também agradou aos governistas.

A base do governo Lula no Congresso afirmou nesta quinta-feira que vai brigar pela presidência e relatoria da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) que vai investigar os atos de 8 de janeiro .

Segundo o vice-líder do governo no Congresso, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), os aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não vão aceitar que a oposição comande a investigação no parlamento. Ainda segundo o deputado, o primeiro nome que os governistas querem propor à comissão é o do ex-ministro da Justiça Anderson Torres .

A declaração marca a mudança de posicionamento dos governistas à instalação do colegiado. Até a quarta-feira (19), a base de Lula no Congresso era contrária à investigação parlamentar, mas o discurso mudou após o vazamento de imagens do circuito de segurança do Palácio do Planalto (veja no vídeo abaixo) mostrarem que o general Gonçalves Dias, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) , estava no prédio quando a sede do Executivo foi palco de atos de vandalismo em 8 de janeiro.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/relator-diz-que-proposta-de-novas-regras-fiscais-e-prioritaria-e-nao-sera-prejudicada-por-cpmi-20042023>

Haddad promete ao varejo plano para adequar compras de plataformas asiáticas

São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu nesta quinta-feira a empresários do varejo que vai trabalhar em um plano de adequação das compras feitas em lojas de comércio eletrônico asiáticas. Um dos objetivos é assegurar que o imposto seja cobrado na transação.

Ao deixar a audiência com Haddad no gabinete do ministério da Fazenda em São Paulo, o presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves Filho, disse que a regularização dessas vendas abre a perspectiva de uma competição mais justa, já que as lojas asiáticas serão enquadradas nas regras aplicadas ao comércio nacional.

Nossa indústria e varejo têm condições de serem mais competitivos desde que sob as mesmas bases de competição, comentou Gonçalves Filho, acrescentando que as empresas de varejo vão colocar à disposição do governo seus melhores técnicos na construção de um plano de compliance para as encomendas de produtos do exterior. Isso é muito bom, entendemos que é um passo importante, declarou.

Segundo o presidente do IDV, haverá maior transparência para o consumidor nas compras internacionais, já que hoje muitos se surpreendem quando o imposto das mercadorias é cobrado pela **Receita Federal**. A ideia é que os preços dos produtos ofertados nos sites já incorporem o imposto cobrado no Brasil.

O executivo observou que a isenção das compras de até 50 dólares, que o governo decidiu manter, vale apenas nas transações entre pessoas físicas, sem intermediação de empresas. Para nós, é urgente que sejam tomadas medidas porque as mercadorias importadas estão entrando, disse Gonçalves Filho a jornalistas. Nada impede as plataformas de começarem amanhã a trabalhar dentro da lei, que já existe, complementou o presidente do IDV. O instituto também quer rigor do governo na observação se os produtos importados têm certificações de qualidade de órgãos como o Inmetro.

Ele pontuou que a **reforma tributária** não foi tema da

reunião com Haddad, porém é possível que o tema das importações intermediadas por plataformas estrangeiras volte nas discussões sobre a mudança do sistema de recolhimento de **impostos**.

A reunião de Haddad com empresários do varejo reuniu representantes de empresas como C&A, DPaschoal, Lojas Renner, Petz e Marisa, assim como a empresária Luiza Helena Trajano, do Magazine Luiza.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/04/20/haddad-promete-ao-varejo-plano-para-adequar-compras-de-plataformas-asiaticas.htm>

Entre a omelete e os ovos

Hélio Schwartzman

Escrevi aqui há pouco que o governo teria dificuldades para fazer com que o Congresso reveja isenções tributárias e outras benesses dadas a certos grupos, condição necessária para que o novo arcabouço fiscal proposto pelo ministro Fernando Haddad funcione bem. Fui otimista. Os problemas para o governo começaram antes de as peças legislativas chegarem ao Congresso. Começaram com a Janja e outros próceres do PT, como vimos na novela das isenções para compras online .

Adultos sabem que, se desejarem comer uma omelete, precisam renunciar à posse dos ovos. São os chamados imperativos da realidade. Às vezes me pergunto se, no Brasil, nós, como sociedade, já atingimos a maturidade ou permanecemos num estágio anterior a ela. É perfeitamente possível, dentro das regras da democracia e da economia de mercado, defender tanto um Estado enxuto, que ofereça só os serviços indispensáveis para o seu funcionamento, como segurança e Justiça, quanto um mais vistoso, que proveja um elenco mais generoso de benefícios, incluindo saúde universal, ensino público em todos os níveis e sistemas previdenciários inclusivos, para citar apenas alguns.

O país, para desgosto dos ultraliberais, já deu repetidas mostras de que prefere o segundo tipo. De novo, é uma opção legítima, mas, para exercê-la de forma adulta, precisamos nos conformar com uma carga tributária mais alta. Que os setores taxados reclamem é do jogo. Que o próprio governo se mostre incapaz de eleger uma linha de ação e nela permanecer é sinal de falta de foco, para não dizer infantilidade.

Num mundo ideal, diminuiríamos a necessidade de aumentar **impostos** eliminando isenções difíceis de justificar em termos de equidade e trocando programas ineficientes por outros melhores. Como não vivemos nesse mundo ideal, meu palpite é que Haddad tentará usar a **reforma tributária** para ajustar a carga. Resta saber se Janja e o Congresso permitirão.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2023/04/entre-a-omelete-e-os-ovos.shtml>

Governo federal libera R\$ 1,5 bilhão para santas casas

Publicado em 20/04/2023 - 14:45 Por
Andreia Verdélio - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, assinou portaria que libera repasse adicional de R\$ 1,5 bilhão, em parcela única, para 3.288 entidades de saúde privadas sem fins lucrativos, como as santas casas. O ato ocorreu em cerimônia no Palácio do Planalto, nesta quinta-feira (20), com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Nísia, as santas casas são essenciais para atendimento da população no Sistema Único de Saúde (SUS) e também atuam no programa de redução de filas de cirurgias eletivas e exames do Ministério da Saúde.

"Estamos dando um fôlego para que o setor possa atender os seus objetivos. Como foi dito aqui no evento, é muito importante trabalharmos tanto pela sustentabilidade deste setor tão importante para o SUS quanto para a sustentabilidade do sistema como um todo. Nós temos uma grande necessidade de reforço da atenção integral à saúde de qualidade para todas as brasileiras, todos os brasileiros. É por isso que estamos lutando e, por isso, o dia de hoje é muito especial", afirmou.

Segundo o Ministério da Saúde, o incentivo vai beneficiar mais de 3,2 mil serviços em 1,7 mil municípios do país. É por meio dessas instituições que grande parte da população tem acesso aos atendimentos de média e alta complexidade, como cirurgias e exames. Além disso, muitas dessas instituições são hospitais de ensino tradicionais para a formação de médicos e outros profissionais da saúde.

Atualmente, 60% dos atendimentos e internações de alta complexidade pelo Sistema Único de Saúde são feitas por hospitais filantrópicos.

Para a ministra Nísia, os novos recursos são fundamentais, mas ainda insuficientes diante do endividamento das entidades. Ela pediu ao presidente Lula apoio junto à Caixa Econômica Federal para gestão do crédito ao setor.

"[Os recursos] terão que ser complementados com outras medidas. Temos consciência, e isso foi pauta do diálogo do Ministério da Saúde com a Casa Civil e

com o Ministério da Fazenda, de que precisaremos lidar e apoiar a questão de medidas de curto e médio prazo também em relação ao endividamento do setor", disse.

De acordo com a ministra, no momento em que se discute a **reforma tributária** e todo o financiamento das políticas sociais, é fundamental garantir a sustentabilidade do SUS como política de Estado.

"É a política social mais inclusiva que o Brasil conseguiu até o momento, sempre junto com as políticas de educação, de desenvolvimento social e todas as demais, e é o setor que pode contribuir para o desenvolvimento de ações sustentáveis, como temos discutido, para reduzir nossa vulnerabilidade de vacinas, de medicamentos, de insumos, de tudo que é fundamental para toda a atenção à saúde", acrescentou Nísia.

Nos últimos anos, essas entidades vêm enfrentando crise financeira, com fechamento de serviços e diminuição de atendimentos, o que, segundo o Ministério da Saúde, coloca em risco a assistência para a população de várias regiões do país. Por isso, no ano passado, o Congresso aprovou e o então presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei Complementar nº 197/2022, definindo um repasse para as santas casas.

O texto estabeleceu que os saldos financeiros remanescentes, provenientes de repasses do Ministério da Saúde nas contas abertas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios antes de 1º de janeiro de 2018, fossem aplicados para o custeio de serviços prestados por entidades privadas sem fins lucrativos que complementam o SUS, até atingir o valor de R\$ 2 bilhões.

No entanto, ressalta o ministério, a portaria publicada em dezembro de 2022, definia critérios que dificultavam o acesso dos estados e municípios aos valores, como a exigência de certidão negativa de débitos, além de estabelecer um prazo curto para a comprovação dos critérios. Por isso, apenas R\$ 475,8 milhões puderam ser repassados.

Para garantir a complementação dos saldos, no valor de R\$ 2 bilhões, a atual gestão do Ministério da Saúde revogou a antiga portaria e publicou novo documento,

no dia 7 de fevereiro de 2023, para repasse imediato aos gestores e sem a exigência de critérios que tornavam a última portaria de difícil execução.

A nova portaria, assinada hoje, traz a definição do valor máximo destinado a cada entidade filantrópica, considerando a proporção total de instituições registradas nas bases de dados dos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares, entre 2019 e 2021.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-04/governo-federal-libera-r-15-bilhao-para-santas-casas>

Haddad diz que Shein deve nacionalizar 85% das vendas no Brasil

Publicado em 20/04/2023 - 14:21
Agência Brasil - São Paulo

Por

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebeu nesta quinta-feira (20), em São Paulo, uma carta com compromissos da empresa de e-commerce chinesa Shein, em que ela se compromete - em até quatro anos - a nacionalizar 85% das vendas no Brasil com produtos feitos no país.

"É uma coisa para nós muito importante que eles vejam o Brasil não apenas como mercado consumidor, mas como uma economia de produção", declarou.

Outro compromisso firmado, segundo o ministro, foi a adesão da empresa ao plano de conformidade da **Receita Federal**. Haddad destacou que os chineses manifestaram a disposição de "normalizar as relações com o Ministério da Fazenda".

A reunião de hoje teve a participação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes. "Em virtude do anúncio de geração de emprego e investimentos no Brasil, ele fez questão de acompanhá-los, inclusive, para testemunhar o compromisso firmado", disse o ministro.

Haddad acrescentou que a Shein pediu que a regra estabelecida valha para todos. "Nós, obviamente, não queremos nada diferente. Nós queremos condições iguais para todo mundo. E, segundo eles, se a regra valer para todo mundo, eles absorverão os custos dessa conformidade. Não repassarão para o consumidor", revelou o ministro da Fazenda.

Sobre a possível perda de arrecadação prevista para a taxa de empresas desse tipo, Haddad disse que o "impacto é até pequeno perto da **reforma tributária** que está sendo feita para cobrar de quem não paga".

"O presidente Lula sinalizou que gostaria de uma solução administrativa negociada com o próprio comércio eletrônico. Para evitar qualquer tipo de problema, nós vamos seguir o exemplo dos países desenvolvidos, que eles chamam no exterior de digital tax, um imposto digital. Ou seja, quando o consumidor comprar, ele está desonerado de qualquer recolhimento de tributo, o tributo terá sido feito pela empresa sem repassar para o consumidor nenhum custo adicional", salientou.

O ministro da Fazenda afirmou, ainda, que essa saída negociada contempla o que estava sendo demandado pelas redes brasileiras de comércio. "Não é correto uma pessoa que tem investimento no Brasil sofrer concorrência injusta de quem quer que seja", opinou.

Haddad informou, também, que os próximos passos incluem uma reunião com governadores. "Nós temos uma reunião pré-agendada para semana que vem para ultimar os últimos detalhes disso. E, se tivermos que fazer uma gradação nas medidas, vamos fazer para contemplar e acomodar os interesses para trazer o sistema para dentro da ordem legal brasileira, ordem tributária brasileira", especificou.

Ainda hoje, o ministro se reunirá com representantes do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV). "Os princípios já estão estabelecidos. Qual é o princípio? Jogo justo, fair play, ninguém leva vantagem sobre ninguém. A concorrência só é boa quando todo mundo está em igualdade de condições, aí ganha quem tiver o melhor produto e o melhor preço. Nós queremos preservar o direito do consumidor ao acesso aos bens de consumo", declarou.

Ele disse que outras plataformas - Shopee e Ali Express - já manifestaram interesse em aderir ao plano de conformidade. "Faltava um aceno de quem fez o aceno hoje [Shein], de respeito à soberania brasileira, às leis brasileiras que toda grande empresa tem que fazer", indicou.

Para o ministro, a regulamentação deve ser feita de forma adequada "a ponto de ninguém sair prejudicado. Pelo contrário, vai ganhar o comércio, vai ganhar a atividade econômica, vamos ter geração de emprego que é obstinação do Ministério da Fazenda e do governo federal".

Site:

<https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2023-04/haddad-diz-que-shein-deve-nacionalizar-85-das-vendas-no-brasil>

Lira anuncia Cláudio Cajado como relator do arcabouço fiscal

Por Gabriel Saboia

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou que o deputado feder Cláudio Cajado (PP-BA) será o relator da proposta do arcabouço fiscal na Câmara. Aliado de Lira, Cajado, ele foi vice-líder do governo durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

De acordo com Lira, que garantiu que o tema não enfrentará dificuldades para ser aprovado na Câmara, a intenção é encerrar as discussões até o dia 10 de maio. Com perfil considerado "conciliador" e com bom fluxo entre líderes de partidos da base governista e também da oposição, Cajado acumula oito mandatos como deputado e já ocupou a presidência do PP de forma interina.

Depois de resolvida a questão na Câmara, caberá ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o desafio de fazer a proposta deslizar sem percalços no Senado. O novo arcabouço fiscal traz um conjunto de normas para balizar as contas públicas. A proposta terá pisos e limites para o crescimento real dos gastos, baseado no incremento da receita. A medida substituirá a regra do teto de gastos, colocada em prática em 2016. Por ser um projeto de lei complementar, é preciso a aprovação com maioria absoluta na Câmara - ao menos 257 votos - e no Senado, onde precisará de 41 endossos.

Lira afirmou que vai procurar apoio ao texto. Segundo ele, todos estavam ansiosos pela entrega da proposta. Ele afirmou que a ideia é diluir a especulação sobre o tema ao longo dos dias de discussão.

- Não há qualquer gasto fora da regra. Nós vamos tratar com muita transparência e com a tranquilidade que este texto merece. Vamos procurar ao menos 308 votos de apoio - disse o presidente da Câmara.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo dialogou para construir uma proposta de novo arcabouço fiscal com mais "razoabilidade". Segundo ele, o Brasil "não aguenta mais sangria". Ele explicou que é necessário cumprir toda a agenda de mudanças em discussão para que a nova proposta fiscal funcione.

- Se as metas fiscais não forem atingidas, há uma

redução da velocidade do crescimento da despesa em relação à receita. É um mecanismo que pode funcionar muito bem se toda agenda for cumprida. Não estamos entregando para a Câmara e o Senado só uma nova lei de responsabilidade, estamos trabalhando junto às casas as Medidas Provisórias que estão em tramitação, os projetos de lei que estão em tramitação, e os que vão ser encaminhados ao longo das próximas semanas. São contas bilionárias que precisam ser ajustadas definitivamente. O Brasil não aguenta mais tanta sangria, é muita sangria. - disse Haddad.

O ministro afirmou que a tramitação será complexa, mas que o tema é importante para garantir o equilíbrio fiscal do país.

- Não são coisas fáceis de votar. A PEC da transição não foi fácil, o arcabouço tem uma construção complexa, é uma mudança de regra que na minha opinião vem para melhorar a gestão pública. Temos, além da regra em si, um conjunto de medidas para garantir o equilíbrio fiscal o ano que vem. E, depois, a **Reforma Tributária** que vem para garantir a sustentabilidade de longo prazo da base fiscal do estado brasileiro. do G7.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/lira-anuncia-claudio-cajado-como-relator-do-arcabouco-fiscal.ghtml>

Governo vai apoiar CPMI de atos golpistas

Publicado em 20/04/2023 - 12:45

Por

Andreia Verdélio - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse, nesta quinta-feira (20), que o governo apoiará uma possível comissão no Congresso para investigar os atos golpistas de 8 de janeiro, em Brasília. Na ocasião, os prédios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Palácio do Planalto foram invadidos e depredados por vândalos.

"Vamos enfrentar este debate político que está sendo criado por aqueles que passaram pano para os atentados terroristas do dia 8 de janeiro. Ao mesmo tempo, vamos continuar apoiando as ações da Polícia Federal e do Judiciário na apuração de evidências, provas, para identificar os culpados e condenar aqueles que sejam responsáveis pelos atos", disse, destacando que o governo apoia a total investigação do envolvimento de agentes públicos nos atos.

Na quarta-feira (19), Padilha se reuniu com os líderes do Governo, senadores Jacques Wagner e Randolfe Rodrigues e o deputado José Guimarães, e orientou que, em diálogo com os demais líderes, indiquem membros da base aliada para participarem da investigação do Parlamento.

Na próxima quarta-feira (26), o Congresso Nacional faz sua primeira sessão do ano, e há a expectativa de ser lido o requerimento para instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos Antidemocráticos.

A decisão do governo acontece após a divulgação de imagens, nesta quarta-feira, pela imprensa, que mostram o general Gonçalves Dias, então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, e outros funcionários da pasta, no interior do Palácio do Planalto, interagindo com os vândalos, no dia 8 de janeiro. Ainda nesta quarta-feira, Dias pediu demissão do cargo, aceita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O secretário executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, será o chefe interino do GSI.

Padilha disse que o vazamento das imagens, que, segundo ele, foram editadas, criam uma nova situação política.

"Na nossa opinião, isso cria uma nova situação

política, faz com que aqueles que passaram pano para os atos terroristas do dia 8 de janeiro e que tentam criar uma teoria absurda da conspiração, um verdadeiro terraplanismo da teoria que tentam construir, de que as vítimas daqueles atos terroristas que foi o Congresso Nacional, que foi o Supremo Tribunal Federal, que foi aqui o Palácio do Planalto, foi a democracia, que foi o resultado eleitoral, de que aquelas vítimas têm qualquer responsabilidade sobre a atuação dos terroristas no dia 8 de janeiro", disse.

Na quarta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que, no Brasil, não tem espaço para nazistas e fascistas. "Cada pessoa que participou do golpe vai ser julgada, vai ter direito à presunção de inocência, que eu não tive, mas nós não deixaremos de julgar cada um golpista, porque nesse país não existe espaço para nazista, fascista, e para quem não gosta de democracia", afirmou.

Em nota, o GSI esclareceu que as imagens mostram a atuação dos agentes de segurança para evacuar o quarto e o terceiro pisos do Palácio do Planalto, concentrando os manifestantes no segundo andar, onde, após a chegada de reforços do pelotão de choque da Polícia Militar do Distrito Federal, os golpistas foram presos. Segundo a pasta, se condutas irregulares forem comprovadas, os respectivos autores serão responsabilizados.

Até então, a criação da CPMI estava gerando divergência entre parlamentares governistas, que argumentam que os crimes estão sob investigação da Polícia Federal e não é necessária uma comissão no Parlamento para esse fim, e opositoristas, que querem apurar possíveis omissões da ação do governo federal no episódio.

Para o ministro Alexandre Padilha, a comissão vai apontar a tentativa de golpe que foram os atos do dia 8 de janeiro, e será uma pá de cal em quem tenta criar narrativas conspiratórias.

Segundo ele, o enfrentamento político de uma CPMI também não deve atrapalhar as votações de pautas prioritárias do governo no Congresso.

"Estou absolutamente convencido disso, que a possibilidade da instalação da CPMI, além de ser uma pá de cal nessa teoria conspiratória, em nenhum momento irá interferir no calendário, que já vem sendo tocado, de aprovação do conteúdo das 12 medidas provisórias que o governo encaminhou neste primeiro

semestre", disse.

"O marco fiscal [e a **reforma tributária**] também está absolutamente mantido, tanto o presidente da Câmara quanto o presidente do Senado já sinalizaram publicamente que esse calendário será tocado o mais rápido possível", acrescentou.

Sobre o envolvimento do ministro Gonçalves Dias nos atos terroristas, Padilha disse que ele tem uma história como homem público, mas que todas as responsabilidades serão investigadas pela Polícia Federal e pelo Judiciário.

As imagens das câmeras de segurança que foram entregues pela Presidência à PF estavam sob sigilo e, segundo Padilha, "o governo quer saber, e a Polícia Federal irá descobrir, se teve alguém que omitiu imagens, que não mostrou imagens para as autoridades quando solicitados".

"Vídeo vazado com edição não é suficiente para destruir a biografia de uma pessoa, mas tem que ser apurado não só sobre o Gonçalves Dias, ex-ministro do GSI, mas todos aqueles que estavam naqueles vídeos. Inclusive, me estranha muito alguns agentes militares estarem com a imagem borrada no seu rosto para não ser reconhecido e o ex-ministro não ter o mesmo tratamento nesse vazamento", argumentou.

Nesta quinta-feira, o ministro do STF Alexandre de Moraes, responsável pelos inquéritos no âmbito do Judiciário, deu 48 horas para a PF ouvir Gonçalves Dias sobre as imagens. Para Alexandre Padilha, a atitude de Moraes está corretíssima. "É só mais uma demonstração do que as instituições estão funcionando, elas que têm responsabilidade e nós queremos apuração até o final", afirmou.

"Desde o começo temos dito que o ódio, o movimento antidemocrático, a postura antidemocrática do ex-presidente [Jair Bolsonaro], de todo o movimento que foi semeado nos últimos quatro anos contaminou o conjunto de instituições, indivíduos das instituições, e que a apuração completa tem que ser feita", reafirmou o ministro Padilha.

O STF já formou maioria para abrir ação penal e tornar réus 100 denunciados pelos atos golpistas de 8 de janeiro. Os primeiros julgamentos relativos aos atos antidemocráticos tiveram início à 0h desta terça-feira (18) e estão previstas para durar até as 23h59 da próxima segunda-feira (24), no plenário virtual, modalidade em que os ministros depositam seus votos eletronicamente, sem deliberação presencial.

Até o momento, seis os ministros votaram pelo indiciamento dos acusados, Alexandre de Moraes,

relator dos processos, Dias Toffoli, Edson Fachin, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes. Quatro ministros ainda devem votar: André Mendonça, Nunes Marques, Rosa Weber e Luiz Fux.

Com o início do processo, haverá coleta de provas e depoimentos de testemunhas de defesa e acusação. Depois, o STF Julgará se condena ou absolve os acusados, o que não tem prazo para ocorrer.

As denúncias envolvem crimes previstos no Código Penal como associação criminosa; abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; ameaça; perseguição; incitação ao crime e dano qualificado. A PGR também cita o crime de deterioração de patrimônio tombado.

Uma outra sessão virtual já foi marcada pela ministra Rosa Weber, presidente do STF, para começar em 25 de abril, com mais uma leva de denunciados. A previsão é que todas as denúncias sejam apreciadas dentro de três meses.

Até o momento, a Procuradoria-Geral da República apresentou 1.390 denúncias, todas focadas nos executores e nas pessoas acusadas de incitar os atos. Segundo o STF, está sendo dada prioridade de julgamento a pessoas que continuam presas em decorrência dos atos golpistas. No total, 86 mulheres e 208 homens seguem encarcerados no sistema penitenciário do Distrito Federal.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-04/governo-vai-apoiar-cpmi-de-atos-golpistas>

Governo deve anunciar em algumas semanas medidas para impulsionar PPPs em âmbito federal

SÃO PAULO (Reuters) - O governo deve convocar em algumas semanas entrevista à imprensa para anunciar medidas visando impulsionar Parcerias Público-Privadas (PPPs) em âmbito federal, de acordo com o secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

Haverá um grande impulso aos projetos de PPPs no âmbito do governo federal, mas isso é daqui a algumas semanas. O ministro (da Casa Civil) Rui Costa deve chamar uma coletiva para anunciar as medidas complementares para criar condições para deslançar as PPPs e concessões no âmbito federal e eventualmente mais medidas para apoiar os Estados e municípios, disse Ceron em entrevista para comentar medidas de incentivo ao crédito e a PPPs.

Na mesma entrevista, o secretário de Reformas Econômicas, Marcos Pinto, destacou que o Ministério da Fazenda não é a favor de isenção para investidor estrangeiro em renda fixa no Projeto de Lei de Garantias.

Segundo ele, a ideia é discutir isenção para debêntures de infraestrutura na parte da **reforma tributária** sobre a renda.

(Reportagem de Eduardo Simões)

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA
Governo deve anunciar em algumas semanas medidas para impulsionar PPPs em âmbito federal

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/04/20/governo-deve-anunciar-em-algumas-semanas-medidas-para-impulsionar-ppps-em-ambito-federal.htm>

Em Londres, Pacheco cobra de presidente do BC 'redução imediata' de taxa de juros

Brasília

*/
Do R7, em Brasília*

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu a "redução imediata" da taxa de juros para que o Brasil volte a crescer. A declaração, feita nesta quinta-feira (20) durante a abertura do Lide Brazil Conference em Londres, foi direcionada ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que estava na plateia.

"Não conseguiremos crescer o Brasil a 13,75% ao ano. Há divergências naturais entre Executivo, Legislativo, sociedade e o meio empresarial, mas, se há algo que nos une, é a impressão, o desejo, a obstinação de reduzir a taxa de juros. É uma súplica do Senado, meu caro presidente do Banco Central", cobrou.

Durante o discurso, Pacheco reforçou a defesa da autonomia do BC, mas voltou a insistir na necessidade de que os juros caíam. "Há um sentimento geral hoje de que precisamos encontrar um caminho para a redução imediata da taxa de juros. Esse é o desejo da economia e do mercado", disse.

Segundo o presidente do Senado, os "ruídos" e "marolas" políticas que têm prejudicado a redução na taxa de juros não podem interferir na economia. "Ruído na política o Brasil sempre vai ter. Teve no governo anterior - e muitos, inclusive. Naturalmente, terá nesse governo e em futuros governos. Mas, mesmo sob um ambiente de ruído, nós tivemos uma taxa de juros de 2% [ao ano] no passado", disse.

Pacheco disse que o Congresso vai analisar "com muita rapidez" - ainda em maio - o projeto proposto pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) das novas regras fiscais, em substituição ao teto de gastos. Segundo ele, esse movimento é "fundamental" para dar estabilidade à economia e ajudar o país a crescer.

"Temos esse compromisso de responsabilidade fiscal. Entregaremos muito em breve à sociedade brasileira um plano fiscal que foi muito elogiado por diversos setores da economia brasileira porque é uma

expressão de responsabilidade fiscal", completou.

O presidente do Senado também defendeu a necessidade de uma "**reforma tributária** substancial" para mudar o que chamou de efeitos "nocivos" do atual sistema tributário brasileiro.

"Estamos em um ponto maduro para uma definição daquilo que se exige na política, que é a arte de escolher uma opção sobre um sistema tributário que seja menos nocivo e menos complexo do que o sistema atual. Há diversas fontes de arrecadação possíveis sem que haja necessidade da criação de novos **impostos**, até porque nós não concebemos [isso]", afirmou.

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/em-londres-pacheco-cobra-de-presidente-do-bc-reducao-imediata-de-taxa-de-juros-20042023>

Governo teme que nova crise atrase aprovação da proposta sobre regra fiscal

Não é que o Planalto e seus líderes passaram a defender a realização da CPI do Golpe. A questão é que, graças a um erro de avaliação de Lula, o governo foi arrastado para o epicentro de uma investigação parlamentar que seus aliados já não conseguem evitar. Lula convive agora com a síndrome do que está por vir. O presidente e seus operadores receiam que a novidade conturbe a conjuntura a ponto de retardar a aprovação da proposta sobre a nova regra fiscal.

Personagens como a deputada Gleisi Hoffmann, presidente do PT, e o senador Randolfe Rodrigues, líder do governo no Congresso, migraram rapidamente da posição de zagueiros para a de centro-avantes. Ponta de lança da CPI da Covid, Randolfe desfilava pelo Legislativo como um ex-Randolfe. De repente, recobrou o antigo viço para reivindicar a abertura da CPI que ajudava a barrar. É como se Randolfe reivindicasse a prerrogativa de reconhecer a si mesmo na imagem do espelho.

A nova crise chegou às manchetes um dia depois de o governo ter enviado ao Congresso, com atraso, sua proposta sobre a regra fiscal. O presidente da Câmara, Arthur Lira, havia prometido uma aprovação rápida, até 10 de maio. Agora, avalia-se no Planalto que essa data subiu no telhado. Dá-se de barato que a confusão produzida por uma nova CPMI prejudicará o calendário de votações. O receio é o de que um atraso na apreciação do projeto que trata do modelo de gerenciamento das contas públicas retarde também a votação de projetos que estão na fila. Entre eles a **reforma tributária**.

Não foi por falta de aviso. Há mais de três meses, quando tentou convencer Lula a destravar a instalação de uma CPI do Golpe no Senado, sob controle de governistas, o aliado Renan Calheiros vaticinou: em matéria de CPI, quem não faz leva. Hoje, a aversão de Lula à investigação legislativa a aparência de gol contra. Terá que lidar com uma CPI convertida em picadeiro dos rivais. Encurralado por investigações da Polícia Federal, Bolsonaro e o bolsonarismo ganharam de presente um palco para destilar mentiras e rancores no Congresso.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2023/04/20/governo-teme-que-nova-crise-atrase-aprovacao-da-proposta-sobre-regra-fiscal.htm>

Que imposto é esse (Que imposto é esse)

Eduardo Cucolo

Perfil do blogueiro

Eduardo Cucolo é repórter de Mercado. Foi secretário de Redação na Sucursal da Folha em Brasília, além de responsável pela cobertura de Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, Receita Federal e Banco Central na capital federal.

Link externo, abre o Twitter do blog

Miguel Abuhab, empresário e fundador do Movimento Destrava Brasil, afirma que o sistema de cobrança automática de imposto que pode ser adotado após a **reforma tributária** ainda tem como desafio incluir diversos meios de pagamento. Entre eles, o Pix.

Uma sugestão é que o pagamento instantâneo seja feito para uma chave que contenha o número da nota fiscal, e não um CPF ou CNPJ, por exemplo.

Qual a sua proposta para a cobrança do novo imposto sobre consumo?

É aquilo que a gente chama de modelo Abuhab de cobrança automática. A gente imagina que em um boleto possa ter o valor da mercadoria e o valor do imposto. Quando é feito o pagamento, existe automaticamente um débito e dois créditos.

Hoje o pessoal está falando nessa operação com o nome de "split" [payment]. Em relação aos boletos, o

projeto está completo. Eu já havia falado com a CIP (Central Interbancária de Pagamentos). Todos os boletos passam pela CIP. A gente tem um projeto muito completo. O mesmo trabalho precisa ser feito com outros meios de pagamento. Precisamos criar um grupo de trabalho paralelo para discutir a tecnologia. Convocar Banco Central, Febraban, CIP e o pessoal de cartão. Isso ainda não aconteceu.

Esse é o objetivo principal, audacioso. Existem medidas importantes a serem tomadas no curto prazo, objetivos intermediários.

O split payment é o nosso objetivo audacioso lá na frente, mas a gente precisa ter passos intermediários e essas transações são necessárias e vêm ao encontro de fazer o split payment lá na frente.

Quais seriam esses objetivos intermediários?

Temos uma falha de quando se implementou o sistema de Nota Fiscal Eletrônica. Quando havia notas manuais, emitíamos as notas durante o mês e no final do mês se emitia uma fatura que agregava as notas fiscais e que tinha uma cópia em carbono, a duplicata. A fatura ia para o cliente e a duplicada para o banco para fazer a cobrança.

A duplicata tinha integração com a nota fiscal que servia para pagar o imposto. Criamos uma forma de registrar eletronicamente a nota fiscal, mas para cobrar o cliente inventamos o boleto, que não tem integração com o documento fiscal.

Hoje, por meio de instruções normativas do Executivo, podem ser criadas transações para englobar as notas fiscais. O documento que iria para o banco para cobrar do cliente passaria a se chamar fatura eletrônica, como é no mundo inteiro.

Quando houver o pagamento bancário, vai se atualizar na fatura a data em que houve o pagamento. Aí temos integradas as informações fiscais, bancárias e contábeis. Essas informações são necessárias para que o sistema possa fazer o neting entre créditos e débitos. Isso já antecipa muitas das ações para o que se pretende dentro desse objetivo que seria o spit.

Isso independentemente da **reforma tributária**?

Na PEC já existe um dispositivo que diz que apenas o imposto pago na etapa anterior dará direito a crédito. Minha sugestão é que esse dispositivo, a partir da

aprovação da PEC, seja válido inclusive para o atual ICMS. Já evitaria fraude e sonegação. Os benefícios seriam já de curtíssimo prazo.

Isso vai permitir que o estado possa fazer a apuração de crédito e débitos diariamente e emitir automaticamente as Darfs para a União ou Dare para os estados. Isso seria uma coisa simples de se fazer, de curto prazo e com resultados expressivos sem que a gente tenha de fazer uma grande alteração tecnológica.

E como ficam os outros meios de pagamento além do boleto, como o Pix?

Todo pagamento feito a um contribuinte tem de explicitar o documento fiscal que deu origem ao pagamento. A gente hoje faz um Pix para um CNPJ, mas não faz menção a qual é o documento fiscal. Você não sabe se foi emitido o cupom fiscal.

O Pix deveria ser para um cupom fiscal. Emite o cupom fiscal e você através do Pix paga o cupom. Isso faz com que muitas empresas passem a emitir obrigatoriamente o cupom.

O projeto está detalhado desde que o meio de pagamento seja o boleto. Agora, com o Pix, que é o pagamento instantâneo, nós precisaríamos interceptar o Pix para falar se essa transação tem direito a crédito ou não tem direito. Se tiver, o comerciante vai receber o valor cheio, sem o split do imposto.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2023/04/reforma-tributaria-pode-prever-pix-para-numero-da-nota-fiscal-diz-empresario.shtml>

Com Campos Neto na plateia, Pacheco diz que Brasil está obstinado por queda nos juros

Fábio Zanini

Com a presença na plateia do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), fez uma cobrança dura da queda na taxa de juros, dizendo que é um tema que une o Brasil neste momento.

"Se há algo que nos une é a impressão, o desejo, a obstinação de reduzir a taxa de juros", disse Pacheco durante participação em Londres de conferência do grupo Lide.

Em tom de alerta, o presidente do Senado disse a Campos Neto que a autonomia do BC, prevista em lei, começará a ser questionada caso os juros não baixem rapidamente do atual patamar de 13,75%.

"Nós aprovamos a autonomia do Banco Central, mas a perspectiva dessa autonomia era para que o BC não fosse suscetível a interferências indevidas. Mas há um sentimento geral de que precisamos encontrar os caminhos para redução imediata da taxa de juros, sob pena de sacrificar este trabalho que estabelecemos nos últimos anos", declarou.

Segundo Pacheco, diversos ganhos institucionais realizados nos últimos anos perderão eficácia caso a taxa Selic não caia. "Temos gerado bons frutos: a **inflação** contida, com viés de queda, nossa moeda estável. Agora precisamos crescer o Brasil, e não conseguimos com a taxa de juros a 13,75%", afirmou.

O presidente do Senado também defendeu a aprovação do arcabouço fiscal e da **reforma tributária**, mas disse que uma premissa tem de ser que não haja aumento da carga fiscal. É preciso encontrar outras formas de arrecadação, segundo ele.

"Há diversas fontes de arrecadação sem que criemos novos **impostos**. Criação de novos **tributos** seria intolerável", afirmou. Ele citou dois exemplos: a tributação de jogos online e novas formas de cobrar multas de empresas concessionárias.

Em recado velado ao atual governo federal, Pacheco pediu respeito a matérias já aprovadas pelo Congresso. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT têm defendido a reversão de diversos projetos aprovados no passado, como a reforma trabalhista, o

marco do saneamento e a reforma do ensino médio, por exemplo.

"É preciso respeito ao passado. Houve opções feitas pelo Parlamento brasileiro. Votamos uma **reforma política**, reforma trabalhista, limites de gastos, **marcos legais** de saneamento, ferrovias, cabotagem, sistema cambial. Essas opções legislativas devem ser respeitadas, porque, ainda que não sejam ideais, é muito melhor ter estabilidade e previsibilidade, saber que aquela é a regra do Brasil.", afirmou

O jornalista Fábio Zanini viajou a convite do Lide.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/com-campos-neto-na-plateia-pacheco-diz-que-brasil-esta-obstinado-por-queda-nos-juros.shtml>

Como a crise no GSI pode atrasar a aprovação do novo arcabouço fiscal

Um dia depois de apresentar a proposta do novo arcabouço fiscal ao Congresso, um plano considerado central para o governo Lula, o Palácio do Planalto se viu em meio a uma grave crise interna, envolvendo o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Gonçalves Dias. Imagens do ataque de bolsonaristas radicais à sede do Executivo, no dia 8 de janeiro, divulgadas pela CNN Brasil, mostraram Gonçalves Dias no prédio, enquanto os extremistas ainda estavam no local. Apesar das explicações do militar, ele deixou o cargo, mas a crise está longe de ser debelada.

O impacto no Congresso foi imediato. Uma CPMI sobre os ataques de 8 de janeiro, pedida pela oposição e que vinha sendo evitada pelo governo, passou a ser defendida pelos partidos da base, incluindo o PT, liderado por Gleisi Hoffmann. Se por um lado o governo quer tentar controlar os ímpetos dos opositoristas na comissão, por outro ele já sabe que sairá perdendo com o provável atraso em votações importantes, a começar pelo novo arcabouço fiscal.

A proposta, que tem como objetivo controlar os gastos do governo federal, substituindo o teto dos tempos de Michel **Temer**, tinha a promessa do presidente da Câmara, Arthur Lira, de que tramitaria de forma rápida e que seria aprovada até o dia 10 de maio. Agora, com uma CPMI à vista, os prazos podem sofrer algumas mudanças, e não apenas no caso do arcabouço, mas também em outros projetos importantes para Lula, como algumas MPs e o projeto da **reforma tributária**.

Neste episódio do Ao Ponto, o repórter Gabriel Saboia, que acompanhou o dia no Congresso, fala sobre as reações dos líderes à mudança brusca na pauta e sobre as perspectivas para a aprovação do arcabouço. Também em Brasília, o repórter Manoel Ventura explica os detalhes do plano entregue à Câmara, e por que o mercado reagiu mal ao texto, que deve sofrer alterações.

Publicado de segunda a sexta-feira, às 6h, nas principais plataformas de podcast e no site do GLOBO, o Ao Ponto é apresentado pelos jornalistas Carolina Morand e Filipe Barini, sempre abordando acontecimentos relevantes da atualidade. O episódio também pode ser ouvido na página de Podcasts do GLOBO. Você pode seguir a gente em plataformas

como Spotify, iTunes, Deezer e na Globoplay.

Site:

<https://oglobo.globo.com/podcast/noticia/2023/04/como-a-crise-no-gsi-pode-atrasar-a-aprovacao-do-novo-arcabouco-fiscal.ghtml>

Secretário da Unafisco defende taxaçoão dos mais ricos para garantir justiça social

*Mariana Albuquerque**

Secretário-geral da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco), Pedro Delarue defende a taxaçoão dos mais ricos, a fim de promover justiça social no país. Em entrevista ao CB. Poder, uma parceria do Correio com a TV Brasília desta quarta-feira, o auditor-fiscal comentou os desafios da **reforma tributária**, em debate no Congresso Nacional. Delarue afirma que a taxaçoão de lucros e dividendos é uma prática consagrada. O lucro não é tributado no Brasil, ao contrário do resto do mundo, diz. Aos jornalistas Denise Rothenburg e Vicente Nunes, o secretário-geral da Unafisco comentou que o ajuste tributário no Brasil é necessário, mesmo que em etapas. Temos que nos adequar, ainda que não seja de uma vez só, afirma o auditor. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Um trabalhador que ganha R\$5 mil paga 27,5% sobre seu salário de IR, e o empresário que ganha R\$1 milhão por mês pode simplesmente não pagar nada de **Impostos** de Renda. Isso porque o que ele ganha como empresário é o lucro, e o lucro não é tributado no Brasil, ao contrário do resto do mundo. O lucro é tributado em praticamente todos os países do mundo.

Tem duas questões: uma é a bitributaçoão, na qual o empresário seria tributado duas vezes. Já está resolvido no mundo quanto a isso: não é bitributaçoão. Pessoa jurídica é jurídica, e pessoa física não se confunde com pessoa jurídica. Em relação ao investimento, de a pessoa retirar recursos do país, você tem uma média de 17%, 18% de investimento em relação ao **PIB** por ano no Brasil. Isso vem se repetindo desde de 1980. E até 1995, os dividendos eram tributados no Brasil. Então, se esse argumento (de bitributaçoão) valesse, os investimentos teriam que ter aumentado, mas não houve esse aumento. Não é isso que faz os investidores saírem do país. Até porque, eles vão fugir pra onde? Se no resto do mundo tributa?

O arcabouço fiscal teve uma receptividade muito boa. Acho um prazo extremamente curto para o nível de discussão que deve haver dentro do Congresso Nacional. Mas eu acredito que vá ser aprovado. Sobre a visão do arcabouço de enxergar a questão fiscal não apenas pelo lado dos gastos, mas também pelo lado

da receita, acho salutar para o país.

A **reforma tributária** é muito importante, mas tão importante quanto ou mais, é o arcabouço fiscal. Como você vai gastar, como vai arrecadar, e o resto vem para alimentar a forma de administrar as finanças do país. Não sei se classificaria como bala de prata ou bala de bronze, mas serão cartuchos importantes que o governo vai gastar. O arcabouço tem que vir primeiro, e a reforma, em um segundo momento.

É mais fácil ir tratando as coisas separadamente. Mas é importante que a tributaçoão sobre a renda não fique para trás, assim que resolvida a questão do imposto do consumo. A tributaçoão sobre a renda é mais nobre, porque ela é progressiva. Quanto ao imposto sobre o consumo, você não consegue divergir o rico do pobre. Quando você compra 1kg de arroz, não importa se você é rico ou pobre. Você vai pagar o mesmo imposto.

É uma ideia muito boa, mas a justiça tributária se faz por meio da tributaçoão sobre a renda. No Brasil, nós temos a tributaçoão sobre o consumo correspondendo a 44% da arrecadaçoão, enquanto a tributaçoão sobre a renda corresponde a 24%, 25%. E no resto do mundo é totalmente o contrário; é o inverso: primeiro a tributaçoão sobre consumo, depois sobre a renda. Temos que nos adequar, ainda que não seja de uma vez só, ao resto do mundo, aumentando progressivamente a tributaçoão sobre a renda, enquanto conseguimos diminuir a tributaçoão sobre o consumo. E, dentro da tributaçoão sobre a renda, é importante que ricos paguem **impostos**. Hoje o que nós temos é a classe pobre, que tem que ser sustentada, e a classe rica, que, por via de regra, não paga imposto ou paga muito menos do que deveria pagar. E quem sustenta o país é a classe pobre, a classe operária. Temos que mudar isso.

Na verdade é uma isençoão, é taxado todo o comércio exterior. Até 50 dólares, é isento. Agora, na nossa opinião, verificou-se alguma espécie de tentativa de burla do comércio exterior em fracionar as entregas e colocar em nomes de pessoas físicas para não pagar **tributos**. Como vamos tratar esse problema com fiscoalizaçoão, a **Receita Federal** está aí para isso.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Notícias Relacionadas:

THE WORLD NEWS

Secretário da Unafisco defende taxaço dos mais risco para garantir justiça social

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5088622-secretario-da-unafisco-defende-taxacao-dos-mais-risco-para-garantir-justica-social.html>

Exceções demais, firmeza de menos (Editorial)



O projeto de regime fiscal finalmente apresentado pelo governo de Lula da Silva tem exceções demais e firmeza de menos. A julgar pelo que se viu na apresentação do texto, o principal objetivo do arcabouço, que é a redução do endividamento público em relação ao **PIB**, dificilmente será atingido - cenário que pressiona os juros e o câmbio para cima, dificultando o crescimento econômico sustentável, fim último de uma boa regra fiscal.

Já se sabia que o cumprimento das metas de superávit primário (receitas menos despesas, descontado o gasto com juros) dependeria de um aumento significativo de receitas, uma vez que o controle de despesas parece bastante frouxo. Além de tornar obrigatório que as despesas cresçam no mínimo 0,6% acima da **inflação**, faça chuva ou faça sol, desobriga o governo, na prática, de respeitar a meta de superávit - o que atropela a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Se ao final do exercício o governo não economizar o prometido, seus administradores não serão punidos - basta que o presidente da República mande uma carta ao Congresso explicando por que fracassou e prometendo fazer melhor no ano seguinte. Desse modo, se o limite para o crescimento da dívida é a âncora desse novo regime fiscal, e se não há

obrigação de cumprir as metas para frear esse crescimento, então não são desprezíveis as chances de o País ficar desancorado e à deriva. Basta que os imperativos eleitoreiros se sobreponham à necessária racionalidade fiscal, como acontece usualmente no Brasil.

Considerando que o sucesso do novo regime fiscal depende de receitas ainda inexistentes - o governo precisa inventar R\$ 150 bilhões para atingir suas metas fiscais até 2026 -, é até natural que todo o debate sobre o arcabouço inclua a discussão sobre a **reforma tributária**. Mas é um erro: a **reforma tributária**, malgrado seja absolutamente necessária inclusive para melhorar as contas do governo, não deveria ser pautada por esse imperativo. A mudança do regime de **impostos** é crucial para melhorar o ambiente de negócios e impulsionar o desenvolvimento do País, e não para ajustar a contabilidade oficial.

Na prática, porém, o debate sobre a **reforma tributária** já está contaminado pela sofreguidão do governo em arrecadar mais. E não será nada fácil: se o governo teve que recuar de sua intenção de acabar com a isenção de imposto sobre a importação de produtos abaixo de US\$ 50 negociados por pessoas físicas, porque temeu a repercussão negativa, dificilmente terá força para convencer os diversos setores beneficiados por isenções fiscais bem mais robustas a abrir mão disso em nome da reorganização econômica do Brasil.

Nesse sentido, é sintomático que o projeto de regime fiscal preveja nada menos que 13 exceções, algumas por imposição constitucional, outras por conveniência política: não estão no limite de gastos, por exemplo, o aumento de capital de estatais e créditos extraordinários para situações emergenciais - justamente a desculpa que o governo de Jair Bolsonaro usou para furar o teto de gastos com o objetivo de comprar votos para sua reeleição.

Manda a boa negociação política que o governo, ao encaminhar sua proposta ao Congresso, inclua vários elefantes na sala, para serem negociados com os parlamentares. Ao enviar seu projeto com a sala praticamente vazia, permite que os parlamentares, orientados por poderosos lobbies, coloquem ali vários de seus elefantes, ampliando as exceções e, com isso,

enfraquecendo perigosamente a regra fiscal.

Tudo isso, contudo, faz parte da democracia. Cabe ao governo, sobretudo na figura do presidente da República, liderar o debate nacional sobre a necessidade de racionalizar o crescimento da dívida pública, salientando que, para isso, é preciso que todos façam sacrifícios, abrindo mão de seus eventuais benefícios. Por ora, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é um dos poucos que parecem engajados nessa espinhosa tarefa. Nem seu chefe, Lula da Silva, que o desautorizou no caso trivial do imposto sobre produtos importados de sites asiáticos, demonstra disposição de comprar essa briga. Não é um bom sinal.»

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50251&maxTouch=0>

Governo promete combater sonegação, mas não diz como - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, tem uma missão nada fácil pela frente: encontrar meios de ajustar as contas públicas. Segundo a ministra, o governo poderia arrecadar R\$ 120 bilhões com medidas de combate à sonegação e ao contrabando. Ela, contudo, não detalhou quais iniciativas serão adotadas nesse sentido, já que as ações estariam sendo desenhadas pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A dura realidade é que o país não tem dinheiro suficiente para gastar como o governo gostaria. Daí a busca incessante - e providencial, diga-se - por novas fontes de recursos. O problema é que todos os governos, especialmente no início de mandatos e de qualquer corrente ideológica, prometem criar mecanismos

capazes de aumentar a arrecadação sem subir **tributos**. Até agora, não se viu nada sequer parecido com isso no Brasil. Espera-se que a **reforma tributária** jogue luz nessa questão.

Produção industrial continua em marcha lenta no início do ano

Durante a campanha presidencial, Lula prometeu que seu governo se dedicaria à reindustrialização do Brasil. Seria injusto cobrar mudanças significativas em período tão curto de gestão, mas não se pode negar que a indústria segue em marcha lenta. Segundo o IBGE, o setor andou para trás nos dois primeiros meses do ano. Em fevereiro, a produção recuou 0,2%. Em janeiro, 0,6%. A indústria nacional está 2,6% abaixo do patamar pré-pandemia e 19% em relação ao nível recorde da série, obtido em 2011.

Marco fiscal decepciona mercado financeiro

Acabou o ânimo com o arcabouço fiscal? A julgar pelo mercado financeiro, a resposta é sim. Ontem, o Ibovespa, o principal índice da bolsa brasileira, desabou 2,12% após surgirem mais detalhes sobre o texto final da proposta enviado ao Congresso. Uma das preocupações é que o marco exime o governo de responsabilidade pelo eventual descumprimento das metas fiscais. Detalhes técnicos do projeto, como as exceções que não entram no cálculo das despesas do governo, também provocaram ruído.

Brasil é um dos campeões mundiais em pagamentos instantâneos

Nos últimos anos, a tecnologia se tornou forte aliada da indústria financeira brasileira. Um estudo realizado pelas agências ACI Worldwide e GlobalData indicou o Brasil como o segundo país que mais realizou pagamentos instantâneos em 2022, atrás apenas da Índia, outro gigante da era digital nas finanças. Segundo o levantamento divulgado com orgulho pelo Banco Central, foram feitas 29,2 bilhões de transações via Pix no ano passado. China, Tailândia e Coreia do Sul completam o topo do ranking.

Rapidinhas

A CMU ganhou a concorrência para gestão do consumo de energia na Arena MRV, em Belo

Horizonte. Construído para ter eficiência energética, o estádio possui tecnologias como sensores de presença e luzes LED de baixo consumo, e usará fontes renováveis, como solar e hidroelétrica. Com inauguração prevista para maio, ele será a casa do Atlético.

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF), indicador calculado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), subiu 3,1% em abril ante março, alcançando 97,1 pontos - é o maior nível desde março de 2020. Melhor ainda: nos últimos 12 meses, o índice acelerou 23,7%.

Os resultados da Netflix no primeiro trimestre decepcionaram. A empresa incorporou 1,7 milhão de assinantes, abaixo da previsão do mercado, que era de 2,2 milhões. Por sua vez, o lucro caiu cerca de 20%. O compartilhamento de senhas continua trazendo problemas para a empresa.

No aniversário de 63 anos de Brasília, que será celebrado nesta sexta-feira, a Latam oferece passagens a partir de R\$ 204,12 para voar entre Uberlândia e seu hub na capital federal. As ofertas incluem ainda bilhetes a partir de R\$ 236,56 para quem viajar entre Guarulhos e o Distrito Federal. Os valores são por trecho, com taxas inclusas, válidos para viagens entre junho e agosto de 2023.

R\$ 1,7 BILHÃO é quanto a montadora japonesa Toyota vai investir na produção de um novo carro compacto na unidade de Sorocaba, no interior de São Paulo. O aporte deverá gerar 700 postos de trabalho

"Acreditamos que, juntos, governo e setor privado, acharemos uma solução para essa situação insustentável" Jorge Gonçalves Filho, presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), sobre o recuo do governo na taxação das vendas realizadas pelas plataformas digitais estrangeiras

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/20/all.pdf>

"O lucro não é tributado"



Mariana Albuquerque*

Secretário-geral da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil** (Unafisco), Pedro Delarue defende a taxaçoão dos mais ricos, a fim de promover justiça social no país. Em entrevista ao CB. Poder, uma parceria do Correio com a TV Brasília desta quarta-feira, o auditorfiscal comentou os desafios da **reforma tributária**, em debate no Congresso Nacional. Delarue afirma que a taxaçoão de lucros e dividendos é uma prática consagrada. "O lucro não é tributado no Brasil, ao contrário do resto do mundo", diz.

Aos jornalistas Denise Rothenburg e Vicente Nunes, o secretário- geral da Unafisco comentou que o ajuste tributário no Brasil é necessário, mesmo que em etapas. "Temos que nos adequar, ainda que não seja de uma vez só", afirma o auditor.

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Por que o senhor defende a taxaçoão de lucros e dividendos?

Um trabalhador que ganha R\$5 mil paga 27,5% sobre seu salário de IR, e o empresário que ganha R\$1 milhão por mês pode simplesmente não pagar nada de **Impostos** de Renda. Isso porque o que ele ganha como empresário é o lucro, e o lucro não é tributado no Brasil, ao contrário do resto do mundo. O lucro é tributado em praticamente todos os países do mundo.

Os empresários tirariam os negócios do Brasil por conta da taxaçoão?

Tem duas questões: uma é a bitributaçoão, na qual o empresário seria tributado duas vezes. Já está resolvido no mundo quanto a isso: não é bitributaçoão. Pessoa jurídica é jurídica, e pessoa física não se confunde com pessoa jurídica. Em relaçoão ao investimento, de a pessoa retirar recursos do país, você tem uma média de 17%, 18% de investimento em relaçoão ao **PIB** por ano no Brasil. Isso vem se repetindo desde de 1980. E até 1995, os dividendos eram tributados no Brasil.

Então, se esse argumento (de bitributaçoão) valesse, os investimentos teriam que ter aumentado, mas não houve esse aumento.

Não é isso que faz os investidores saírem do país. Até porque, eles vão fugir pra onde? Se no resto do mundo tributa?

E o arcabouço fiscal?

O arcabouço fiscal teve uma receptividade muito boa. Acho um prazo extremamente curto para o nível de discussão que deve haver dentro do Congresso Nacional. Mas eu acredito que vá ser aprovado. Sobre a visão do arcabouço de enxergar a questão fiscal não apenas pelo lado dos gastos, mas também pelo lado da receita, acho salutar para o país.

A **reforma tributária** é a principal ferramenta de criação de renda e emprego?

A **reforma tributária** é muito importante, mas tão importante quanto ou mais, é o arcabouço fiscal. Como você vai gastar, como vai arrecadar, e o resto vem para alimentar a forma de administrar as finanças do país.

Não sei se classificaria como bala de prata ou bala de bronze, mas serão cartuchos importantes que o governo vai gastar. O arcabouço tem que vir primeiro, e a reforma, em um segundo momento.

E em relaçoão ao fatiamento da reforma?

É mais fácil ir tratando as coisas separadamente. Mas é importante que a taxaçoão sobre a renda não fique para trás, assim que resolvida a questão do imposto do consumo. A taxaçoão sobre a renda é mais nobre, porque ela é progressiva. Quanto ao imposto sobre o consumo, você não consegue divergir o rico do pobre. Quando você compra 1kg de arroz, não importa se

você é rico ou pobre. Você vai pagar o mesmo imposto.

Qual o caminho para a justiça tributária?

É uma ideia muito boa, mas a justiça tributária se faz por meio da tributação sobre a renda. No Brasil, nós temos a tributação sobre o consumo correspondendo a 44% da arrecadação, enquanto a tributação sobre a renda corresponde a 24%, 25%. E no resto do mundo é totalmente o contrário; é o inverso: primeiro a tributação sobre consumo, depois sobre a renda. Temos que nos adequar, ainda que não seja de uma vez só, ao resto do mundo, aumentando progressivamente a tributação sobre a renda, enquanto conseguimos diminuir a tributação sobre o consumo.

E, dentro da tributação sobre a renda, é importante que ricos paguem **impostos**. Hoje o que nós temos é a classe pobre, que tem que ser sustentada, e a classe rica, que, por via de regra, não paga imposto ou paga muito menos do que deveria pagar. E quem sustenta o país é a classe pobre, a classe operária. Temos que mudar isso.

E a taxação de compras on-line.

Sim ou não?

Na verdade é uma isenção, é taxado todo o comércio exterior.

Até 50 dólares, é isento. Agora, na nossa opinião, verificou-se alguma espécie de tentativa de burla do comércio exterior em fracionar as entregas e colocar em nomes de pessoas físicas para não pagar **tributos**. Como vamos tratar esse problema com fiscalização, a **Receita Federal** está aí para isso.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

"No Brasil, a tributação sobre o consumo corresponde a 44% da arrecadação, enquanto a tributação sobre a renda é de 24%, 25%. No resto do mundo, é totalmente o contrário"

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/04/20/all.pdf>

Congresso deve mexer no teto de Lula - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

Levou um dia para que digerissem o texto da lei que cria o teto de gastos de Lula, o "arcabouço fiscal". Lido e mastigado, o projeto da nova regra de aumento de despesas provocou um salseiro, piorado pelo fato de o Banco Central dizer que os juros vão cair devagar.

No entanto, dúvidas e críticas grandes e relevantes não são novas, embora o problema exista. As dúvidas novas são confusões ou periféricas. Não, o governo não se desobrigou de apresentar metas fiscais; as exceções de despesa são velhas e sabidas. Etc.

Economistas e povos dos mercados em geral revoltam-se com o fato de que, aprovada a nova lei fiscal, praticamente o governo federal não será obrigado a cumprir uma meta de superávit primário. Isto é, de gastar menos do que arrecada, em certo montante específico. Sem superávit bastante, a dívida pública continuará a crescer. Não dá.

De fato, o governo não será punido ou constringido legalmente se não cumprir as metas. Não será obrigado a tomar medidas corretivas (conter despesas ao longo do ano, o chamado "contingenciamento"), como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas já se sabia disso faz semanas, embora não se tivesse lido a letra da lei.

A nova regra fiscal não se baseia em meta de saldo primário, mas em uma limitação de crescimento de despesa -o governo havia sido enfático a respeito. O saldo primário será aquele que acontecer: a diferença entre certa despesa e a receita que calhar de ocorrer.

"Calhar de ocorrer": o governo em última instância não tem controle sobre a receita, que depende do ritmo de atividade econômica e de cobrança adicional de **impostos** (o que na maior parte depende do Congresso). É problema.

Ainda que se façam simulações otimistas, é difícil ver como a receita crescerá mais do que a despesa o bastante para que sobrevenham os superávits primários anunciados pelo governo. Isto é, não haveria saldo positivo suficiente mesmo com o **PIB** crescendo no ritmo estimado pela Fazenda ou com a **inflação** do **PIB** crescendo mais do que o IPCA. Seria preciso de

resto que a receita crescesse mais rápido do que o **PIB**, no ritmo mais rápido dos anos normais deste século. Ainda assim, seria necessário algum aumento extra de carga tributária (via reoneração ou tributo novo).

De resto, mesmo que viesse o superávit previsto pelo governo para 2026 (1% do **PIB**) e tal saldo fosse mantido até 2033, a dívida pública cairia pouco. Isso com estimativas otimistas para **PIB** e taxa de juros (que vão cair devagar, aliás).

É difícil acertar a meta de superávit primário se a despesa deve crescer, por lei, pelo menos 0,6% ao ano (em termos reais) e não há controle preciso sobre o aumento de receita.

Não quer dizer que não possa funcionar. Para tanto, repita-se, é preciso aumentar imposto (uns R\$ 150 bilhões, pelo menos, até 2026) e que a economia, o **PIB**, cresça bem.

Para que cresça bem, não se pode fazer besteira na política microeconômica (condição necessária, mas não suficiente). Besteira quer dizer manipular preços, bulir loucamente com estatais, ter regras ruins de investimento privado, não fazer **reforma tributária** etc. Há risco de besteira.

No projeto de lei, há uma consequência objetiva para o descumprimento da meta. Neste caso, o governo não vai poder aumentar a despesa em 70% do crescimento da receita, como prevê a rotina da nova regra fiscal. O aumento poderia ser apenas de 50%. Em qual ano?

Seria restrição tardia e, talvez, insuficiente para compensar o descumprimento da meta. Suponha-se que, em 2024, o governo não cumpra a meta. Só vai saber disso no começo de 2025, quando o Orçamento de 2025 já estará aprovado. A restrição valerá apenas para 2026, último ano de Lula 3. É frouro.

A pergunta essencial, porém, é: como embutir no teto móvel de Lula regras de reajuste de despesa e aumento de receita que facilitem a obtenção do saldo primário necessário?

Essa é uma questão a se discutir no Congresso.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50252&maxTouch=0>

Arcabouço fiscal enfrenta resistências de direita e esquerda no Congresso

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

O texto do projeto de lei complementar do novo arcabouço fiscal foi recebido com ressalvas à direita e à esquerda na Câmara dos Deputados. Entre os pontos criticados por ambos os lados está livrar as autoridades públicas de crime de responsabilidade pelo não cumprimento da meta fiscal e a "falta de clareza" sobre quais medidas serão adotadas para cumprir a nova regra.

Mesmo entre os governistas houve ponderações e indicativos de mudanças. A bancada do Psol fará um seminário nesta quinta-feira (20) com economistas para decidir se votará a favor ou contra e quais mudanças propor. Os deputados do PT se reuniram e divulgaram nota em que não defendem abertamente o projeto, mas citam que ele é fruto de "um cenário", junto com a **reforma tributária**, de "iniciativas que pretendem suplantar políticas fiscais implementadas nos governos anteriores, que tantos prejuízos trouxeram aos investimentos, programas e políticas sociais".

"A Bancada do PT na Câmara, sempre alinhada com propostas para a superação da crise econômica e social herdada do governo passado, estará presente no debate desses temas tão importantes, contribuindo para o seu aprimoramento e aprovação", afirmou o texto.

Defensor do novo marco fiscal, o deputado Mauro Benevides (PDT-CE) criticou a proposta de acabar com a obrigatoriedade de contingenciar despesas a cada bimestre se o governo verificar que não atingirá o objetivo fiscal estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A sugestão do Executivo é tornar esse corte de gastos facultativo e fazer o ajuste no ano seguinte, se a meta de fato não for cumprida.

"Isso é ruim. Você vê que o resultado não será atingido e não faz nada para mudar isso?", questionou.

O PDT de Benevides também debateu "com intensidade" e ainda não chegou num consenso sobre uma proposta que causou polêmica com os partidos independentes e de oposição: estabelecer que o descumprimento da meta de resultado primário (o

quanto o governo economizou, antes de pagar os juros da dívida) não configurará crime de responsabilidade fiscal, que é passível de impeachment e de responsabilização dos agentes públicos envolvidos.

No lugar, o presidente da República terá que enviar carta ao Congresso até 31 de maio explicando as razões para isso ter ocorrido e as respectivas medidas de correção. Além disso, as despesas da União terão que crescer menos no ano seguinte.

Para o líder do PL na Câmara, deputado Altineu Côrtes (RJ), a mudança não traz segurança para investidores de que o governo cumprirá a regra. "Não cumpro a meta e fica por isso mesmo, só preciso escrever uma cartinha? É uma brincadeira isso", criticou. O líder do PP, deputado André Fufuca (MA), também protestou contra a falta de punições: "Vamos criar uma fábrica de crimes de responsabilidade fiscal?" Fufuca ainda levanta a dúvida sobre se o governo federal pode determinar tetos de despesas para os outros Poderes por lei complementar, sem necessidade de uma proposta de emenda constitucional (PEC), e sobre os vários gastos retirados da regra que controlará o limite de crescimento das despesas (como a capitalização de estatais não-financeiras). PP e PL também questionam a falta de informações sobre como o governo fará a economia prometida por ele próprio.

Vice-líder do governo, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), de perfil mais fiscalista, divulgou nota com seis pontos negativos do texto. "Dentre todas as regras que o Brasil já criou, entendo que é a regra de maior risco de furo, repleta de exceções e sem qualquer responsabilidade pelo descumprimento", disse.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ainda não tinha divulgado o relator do projeto, responsável por negocia-lo com os demais deputados e o governo, até o fechamento desta edição. O mais cotado é o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), com anos de atuação na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A outra alternativa em estudo era o deputado Fernando Monteiro (PP-PE).

Diante de tantas questões, os partidos já avisaram que será difícil votar a proposta até 10 de maio.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187524?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187524?page=1§ion=1)

Confederações patronais divulgam manifesto conjunto por reforma tributária justa e igualitária - COMÉRCIO EM PAUTA

Em uma atuação conjunta, as principais confederações patronais do Brasil lançaram, em 18 de abril, o manifesto "O Brasil não pode errar na **reforma tributária**". Assinam o documento a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional do Transporte (CNT), a Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) e a Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP).

As Confederações que assinam o manifesto representam setores produtivos que empregam 41,7 milhões de trabalhadores e respondem por quase 60% da economia nacional, e alertam que as propostas em discussão no Congresso Nacional precisam de ajustes para evitar impactos à sociedade brasileira.

"Se prevalecer a ideia de alíquota única para bens e serviços, haverá um pesado aumento de **impostos** sobre setores estratégicos no Brasil", afirma o documento, destacando elevação nos preços de alimentos, transportes, habitação, mensalidade escolar, saúde, turismo, lazer, segurança e outros serviços.

Desde fevereiro, a CNC vem realizando uma agenda de sensibilização na Câmara dos Deputados, Senado Federal e governo federal para defender os interesses do setor terciário, maior empregador do País e responsável por grande parte do Produto Interno Bruto (**PIB**). No site reformatributaria.org.br.

cnc.org.br, é possível conferir o documento elaborado pela CNC: Premissas de uma **Reforma Tributária**, com estudo sobre o impacto de uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) de 12% no setor de serviços.

SENAC NO CORAÇÃO DO BRASIL, BRASÍLIA NO CORAÇÃO DO SENAC

Amanhã (21) a cidade que está no coração do Brasil completa 63 anos. Nesse aniversário de Brasília, o Senac celebra as conquistas e os avanços alcançados ao longo dos anos. O Departamento Nacional do Senac tem sido um importante colaborador na geração

de empregos e na formação de novos profissionais para o mercado de gastronomia, que cresce a cada dia. São mais de 500 empregados nas 17 unidades pedagógicas em espaços emblemáticos como a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Instituto Serzedello Corrêa (TCU), o Ministério da Justiça e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, além do restaurante-escola Senac Downtown, que funciona no prédio da CNC.

O Senac mantém ainda o Centro de Produção de Alimentos (CPA) e o Centro de Aperfeiçoamento em Gastronomia (Ceag). O CPA dá apoio à operação de todos os restaurantes e lanchonetes- escola, com produção própria e recebimento de insumos prontos e pré- prontos. E o Ceag oferece qualificação profissional, aperfeiçoamento e ações de extensão, contabilizando cerca de 8.600 atendimentos desde sua inauguração, em 2011.

Para o Senac, é um privilégio contribuir para o crescimento de Brasília investindo em inovação e educação profissional de qualidade.

SESC OFERECE CURSO TÉCNICO GRATUITO DE ARTES CÊNICAS

A Escola Sesc de Artes Dramáticas está com inscrições abertas para as próximas turmas, com uma oferta de 50 vagas distribuídas pelos próximos semestres. Criada em 2021 com o objetivo de proporcionar qualificação profissional para atores e atrizes, a escola se tornou um curso regular de formação técnica em teatro, permitindo aos alunos ter acesso ao registro profissional emitido pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de forma gratuita. A mudança do certificado é resultado da parceria entre Sesc e Senac, com objetivo de unir esforços para ampliar o fomento ao setor cultural e oferecer uma formação gratuita e acessível aos artistas.

O curso é presencial, com duração de dois anos e as aulas acontecem no campus do Polo Educacional Sesc, em Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Os alunos contam com uma estrutura ampla e moderna, equipamentos diversificados, além de um teatro e um anfiteatro para as aulas práticas. Outro

diferencial da escola é o corpo docente, que conta com artistas renomados e premiados, além de acompanhamento pedagógico completo e participação dos estudantes em espetáculos. Em junho deste ano, o projeto forma sua primeira turma de profissionais.

Interessados em participar do processo seletivo podem se inscrever entre 24 de abril e 22 de maio, pelo site poloeducacionalsesc.com.br/artesdramaticas.

poloeducacionalsesc.com.br/artesdramaticas.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187524?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187524?page=1§ion=1)**

Viabilidade da nova regra fiscal ainda preocupa, diz FGV Ibre



Sílvia Matos: é preciso que Congresso apoie aumento da carga tributária

Marsílea Gombata De São Paulo

Apesar de a apresentação do arcabouço fiscal ter sido boa notícia, sua viabilidade ainda é incerta, alerta o Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Em sua edição de abril, o boletim alerta que os questionamentos acerca do arcabouço fiscal e as projeções a ele associadas têm se dado em torno de três elementos principais.

Primeiro, afirma o texto, a contenção da alta do gasto primário na faixa proposta não garante sozinha que se atinjam as metas de superávit primário propostas.

"Para isso seria necessário um significativo aumento da carga tributária.

Ainda não está definido de onde viria este aumento de arrecadação", diz o texto, ao lembrar que integrantes do Ministério da Fazenda preveem que o governo federal terá de aumentar as receitas líquidas (descontando transferências para Estados e municípios) em R\$ 100 bilhões por ano.

O segundo ponto de questionamento diz respeito ao aumento da arrecadação vir de receitas não recorrentes, que podem melhorar o quadro fiscal no curto prazo, mas não garantem trajetória sustentável para o déficit primário e a dívida pública.

Em terceiro lugar, continua o texto, o arcabouço fiscal estabelece um teto para o total do gasto primário, mas

vem com medidas que criam pisos para o aumento de despesas em saúde, educação e investimentos.

Soma-se a elas, alerta, o crescimento real esperado do gasto previdenciário, que deve acelerar com a proposta de elevar o salário mínimo em termos reais.

Esses reajustes devem comprimir o espaço fiscal. Assim, para atender a todos os compromissos por mais gastos, a única saída é haver crescimento econômico, diz o FGV Ibre, que espera alta de 0,3% do **PIB** neste ano.

Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, ressalta que as próximas semanas serão fundamentais para avaliar a viabilidade de as medidas propostas gerarem sustentabilidade fiscal.

"Para isso, seria preciso que o Congresso Nacional, da mesma forma que apoiou a elevação dos gastos públicos promovida pela PEC da Transição, também apoiasse o aumento de carga tributária proposto pelo Executivo", afirma.

Ela argumenta que, pelo nosso histórico, parlamentares quase sempre aprovam aumento de gastos, mas poucos são afeitos a medidas para subir a carga tributária.

"Precisamos de superávit primário no futuro. Se a receita crescer, tudo certo. O problema é como fazer ela crescer", continua.

Ela afirma que a **reforma tributária** pode tornar a situação menos pior, já que há aspectos positivos de maior eficiência, principalmente em setores como a indústria.

"Mas há muita dificuldade para melhorar a eficiência desses gastos, reduzir ou mitigar gastos ineficientes.

Ao mesmo tempo, o Congresso não aprova aumento de carga tributária", diz. "Não está claro, portanto, qual a força do governo para ter receitas e pensar na estabilidade da dívida. E precisamos não apenas zerar o déficit no ano que vem, mas ter alguma previsão de superávit para os próximos anos." Na seção sobre política fiscal do boletim, os autores Manoel Pires e Carolina Resende analisam a proposta do governo de ajuste fiscal pela receita e mostram que, para atingir a

meta de superávit de 1% em 2026, a arrecadação líquida do governo federal teria de passar de 18,2% do **PIB** para 19,5% em 2026.

"Qual o impacto de uma estratégia fiscal de ampliação de receitas?"

As evidências empíricas sugerem que os multiplicadores de arrecadação são negativos, porém menos contracionistas do que o ajuste pelo lado das despesas", afirmam, ao ressaltar que a evidência dos multiplicadores de receita é mais incerta do que a dos gastos.

Eles alertam que, se por um lado, essa proposta de ajuste tende a ser menos contracionista, é importante observar o impacto de longo prazo no aumento de carga tributária, à medida que "o imposto gera peso morto sobre a produção e uma série de distorções sobre o sistema econômico".

E lembram que a experiência do teto de gastos mostrou que uma regra fiscal restritiva não substitui uma boa gestão pública.

Ainda em sua última edição, o boletim ressalta notícias que podem acenar para o fim do aperto monetário. Nos EUA, os dados de **inflação** e atividade sinalizam que o ciclo de alta de juros pode estar próximo do fim. Por aqui, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de março animou o mercado financeiro. A alta de 0,71% ficou abaixo da expectativa e apresentou certo alívio nas estatísticas de núcleo, difusão e serviços.

Para os próximos meses, afirma André Braz, o IPCA acumulado em 12 meses seguirá em desaceleração.

No entanto, eventos como a redução da oferta de petróleo anunciada por países da Opep+ e reajustes em abril, maio e junho farão com que a expectativa de **inflação** para o fim do ano não se altere - Braz espera IPCA de 6,2% neste ano e de 4,1% em 2024.

A queda da **inflação** em março, a recepção positiva da proposta de arcabouço fiscal pelo mercado e a recente apreciação do real frente ao dólar renovaram expectativas de que o Banco Central estaria prestes a dar início a um ciclo de cortes da taxa Selic, escreve José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV Ibre, na seção sobre política monetária. O desafio, diz, é como reduzir a Selic sem perda de credibilidade do BC.

Ele afirma que, diante do elevado nível dos juros reais na economia brasileira "notoriamente insustentável", em algum momento terá de haver reversão.

"O drama é que o trabalho do BC está longe de concluído e, além disso, um eventual afrouxamento da política monetária em desacordo com os protocolos de atuação de um BC praticante do regime de metas acabaria por tornar o quadro inflacionário ainda mais grave, exigindo, mais adiante, a retomada do aperto, possivelmente em escala mais severa", alerta.

Seriam bem-vindos novos passos envolvendo o Congresso, no sentido de gerar expectativas melhores acerca do futuro do arcabouço fiscal, e uma atitude enérgica do governo no sentido de manter intocadas as atuais metas de **inflação**, afirma.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187524?page=1§ion=1>

A reforma tributária beneficiará os mais pobres - OPINIÃO JURÍDICA

Melina Rocha é consultora internacional de IVA/IBS, diretora de cursos da York University, coordenadora executiva do Projeto IVA do NEF/FGV, foi professora da FGV e consultora do IPEA, Banco Mundial e CCIFF

Alguns especialistas têm defendido que na **reforma tributária** o governo deve manter a tributação mais favorecida dos bens essenciais para atender a comandos constitucionais que pretensamente determinam que a tributação deva ser usada para fins de justiça distributiva.

Ocorre que diversos estudos empíricos nacionais e internacionais mostram justamente o contrário: é o atual sistema tributário que não promove justiça social e prejudica os mais pobres em virtude de todas as desonerações a produtos essenciais hoje existentes e da tributação menor dos serviços.

Como a **reforma tributária** poderá beneficiar os mais pobres? A ciência nos explica e a resposta é muito simples: arrecadando mais de quem tem mais para distribuir para quem tem menos. Com base nessa premissa, esses estudos econômicos mostram que, do ponto de vista distributivo, é muito mais eficaz tributar todos os produtos e devolver o imposto pago aos mais pobres do que criar desonerações tributárias.

Quando o governo desonera determinado produto, está desonerando o consumo de todos - ricos e pobres. Em valores absolutos, os mais ricos consomem muito mais produtos - e produtos mais caros - do que os mais pobres.

Assim, quando o governo deixa de tributar um determinado produto, está deixando de arrecadar receitas relevantes dos mais ricos, que poderiam servir para financiar políticas públicas destinadas justamente aos mais pobres. As desonerações são, majoritariamente, um subsídio do Estado ao consumo dos mais ricos.

Um exemplo simples demonstra essa lógica: uma família mais rica consome 3 produtos de R\$ 100 por semana - um total de 12 por mês - o que equivale a um gasto mensal de R\$ 1,2 mil. Já o mais pobre só tem condições de consumir um único produto por mês, gasto mensal de R\$ 100. Se deixamos de arrecadar um imposto de 20% sobre este produto, estamos perdendo R\$ 260 de receita pública por mês (dos

quais R\$ 240 deixam de ser arrecadados dos mais ricos).

Agora multiplique isso por bilhões de reais. Esses valores poderiam estar sendo aplicados em escolas e hospitais públicos para melhorar a vida dos mais pobres.

Um relatório do governo federal de 2020 demonstrou que a política de desoneração do PIS/Cofins da cesta básica é regressiva: os benefícios destinados aos 20% mais pobres da população correspondem a 10,6% do gasto tributário total (aproximadamente R\$ 1,6 bilhão), enquanto a desoneração relativa aos 20% mais ricos corresponde a 28,8% do total (R\$ 4,5 bilhões).

Pesquisa de Orair e Gobetti estimou que um IBS com alíquota única poderia ter um potencial menos regressivo em relação aos atuais **tributos** sobre bens e serviços, mesmo com todas as alíquotas diferenciadas e isenções hoje existentes. Estudos internacionais demonstram que desonerações do IVA não tornam o sistema mais progressivo e não servem como meio de redistribuição de renda. Em um estudo com 27 países da OCDE, Thomas destaca que, "mesmo nos países com o uso mais amplo de alíquotas reduzidas e isenções, há muito pouco impacto que o IVA pode ter sobre a redistribuição". Essa conclusão também foi feita por Bird e Smart sobre os **tributos** canadenses: se as desonerações estivessem tendo o efeito pretendido (de reduzir o impacto regressivo dos **impostos** sobre o consumo), se esperaria uma maior **progressividade** no sistema, o que empiricamente não ocorre.

Adotada em diversos países, a devolução personalizada do imposto - ou "cashback" - é o instrumento mais eficaz para desonerar o consumo dos mais pobres. Ao invés de desonerar produtos, o cashback desonera as pessoas, aquelas que mais precisam, aqueles que não podem e não devem pagar **tributos** sobre seu consumo. As PECs 45 e 110 preveem a instituição de um mecanismo para devolução até integral do imposto pago, o que não seria considerado renúncia de receita conforme o artigo 14 da LRF por se tratar de restituição do próprio IBS. Ainda, sendo a PEC como um todo neutra para fins arrecadatários, a devolução do tributo ao contribuinte pobre não ficaria sujeita a teto de gastos ou contingenciamentos pois não se trata de um gasto,

mas sim de ajuste da base de cálculo. Por isso, não se deve ter muita desconfiança quanto à devolução do tributo como forma de maior justiça fiscal em comparação com as atuais essencialidade e seletividade.

Alguns países, como o Uruguai, foram ainda mais longe e nem chegam a cobrar o imposto dos beneficiários no momento da compra. No Uruguai, a pessoa não precisa pagar o imposto para depois receber a devolução porque a desoneração é feita automaticamente, na hora em que efetua a compra do produto. No Rio Grande do Sul, um programa de devolução do ICMS foi implementado com grande sucesso e hoje beneficia cerca de 400 mil famílias pobres, apesar de todo o receio e desconfiança da opinião pública antes da sua criação.

Obviamente precisamos respeitar e defender princípios constitucionais, mas o problema é quando esses princípios - tal como o da seletividade - trazem consequências econômicas inversas ao que se propõem quanto à justiça distributiva. A **reforma tributária** poderá acabar com privilégios e beneficiar quem realmente precisa e, definitivamente, não podemos perder mais uma vez esta oportunidade.

Melina Rocha é consultora internacional de IVA/IBS, diretora de cursos da York University, coordenadora executiva do Projeto IVA do NEF/FGV, foi professora da FGV e consultora do IPEA, Banco Mundial e CCiF

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187524>

Secretário-geral da Unafisco sobre reforma tributária: Cada vez mais madura

*Mariana Albuquerque**

O secretário-geral da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)**, Pedro Delarue, afirma que a proposta de **reforma tributária** que tramita no Congresso está cada vez mais madura. Ainda na opinião do auditor fiscal, rever o sistema de tributação é um desafio.

Delarue, que tem defendido que a taxação dos mais ricos favoreça os mais pobres, destaca a importância da justiça social em relação ao debate da cobrança de lucros e dividendos. "O lucro não é tributado no Brasil, ao contrário do que acontece no resto do mundo", afirma em entrevista aos jornalistas Vicente Nunes e Denise Rothenburg no CB.Poder desta quarta-feira (19/4). O programa é uma parceria do Correio com a TV Brasília.

Ele garante também, na entrevista, que o medo de empresários deixarem o mercado nacional por causa da tributação é inválido e que, se houvesse cabimento a argumentação da bitributação, o resto do mundo não tributaria lucros e dividendos.

No caso aí não é nem artifício que os contribuintes usam, aqueles mais abstratos, é a lei que dá essa condição para eles, para que não pague Imposto de Renda sobre o lucro. Um trabalhador que ganha R\$ 5 mil para 27,5% sob seu salário de IR, e o empresário que ganha R\$ 1 milhão por mês e que pode simplesmente não pagar nada de imposto de renda. Isso porque o que ele ganha como empresário é o lucro, e o lucro não é tributado no Brasil, ao contrário do resto do mundo, o lucro é tributado em todos os países do mundo. Só tem três países do mundo que não taxam.

Tem duas questões: uma é a bitributação, que diz que a pessoa vai tributar duas vezes, o empresário. Sendo que o mundo já está resolvido quanto a isso, não é bitributação. Pessoa jurídica é jurídica, e pessoa física não se confunde com pessoa jurídica. E se essa argumentação tivesse cabimento no resto do mundo, não se tributaria lucro e dividendo, porque seria bitributação. Todos os países respeitam não haver bitributação. Em relação ao investimento, que seria da pessoa tirar os recursos do país, você tem uma média de 17%, 18% de investimento em relação ao **PIB** por

ano no Brasil. Isso vem se repetindo desde de 1980 até hoje. Até 1995 eram tributados os dividendos do Brasil. Então, se esse argumento valesse, os investimentos teriam que ter aumentado, mas não houve esse aumento. Isso mostra que não é isso que faz os investidores saírem do país. Até porque, eles vão fugir para onde se no resto do mundo se tributa.

Todos os atores políticos envolvidos na **reforma tributária**, no Congresso Nacional, no governo, são unânimes em dizer que desta vez ela está madura. Evidentemente há resistências, especialmente nos municípios, que querem continuar administrando os seus **tributos**, mas são ajustes que vão ser feitos dentro do Congresso. As pessoas estão bem otimistas, os políticos e até mesmo o setor produtivo. Otimismo em relação a haver um grande acordo para poder estabelecer o IBS (Imposto sobre bens e Serviços). O imposto que nós, (servidores) federais, defendemos. A CBS (Contribuição sobre Bens e Serviço) é a contribuição sobre três **tributos** federais que vão entrar nesse pacote, que são o PIS (Programa de Integração Social), o Cofins (Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social**) e o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Esses **tributos** são contribuições sociais que têm uma destinação específica, que é a assistência social, a Previdência e a saúde. Se juntar tudo isso em um imposto, o que acontece, a Previdência e a assistência vão ficar sem esses recursos específicos destinados pela Constituição de 1988. A fiscalização federal perderia a administração do tributo.

O arcabouço fiscal, quando foi proposto, teve uma receptividade muito boa. Então, as forças políticas estão convergindo a favor da aprovação desse arcabouço. Eu acho um prazo extremamente curto para o nível de discussão que deve haver, e sempre há, dentro do Congresso Nacional. Mas a aprovação eu acredito que vá ser aprovada. E a visão do novo arcabouço fiscal de enxergar a questão fiscal, não apenas pelo lado dos gastos mas também pelo lado da Receita, eu acho bastante salutar para a população, para a sociedade de uma forma geral e para o progresso no país.

A **reforma tributária** é muito importante, mas tão importante quanto ou mais é o arcabouço fiscal. Então, como você vai gastar, como você vai arrecadar e o

resto vêm para alimentar a forma de administrar as finanças do país. Quer dizer, não sei se classificaria como bala de prata ou bala de bronze, mas serão cartuchos importantes que o governo vai gastar. O arcabouço tem que vir primeiro, e a reforma em um segundo momento. Quanto ao fatiamento (da reforma), eu entendo porque, se você pega o imposto sobre o consumo e o imposto sobre a renda e mistura tudo, é mais fácil você ir tratando as coisas separadamente, e ir tratando as divergências pontualmente. Mas é extremamente importante que a tributação sobre a renda não fique para trás, assim que resolvida a questão do imposto do consumo, que é uma coisa discutida há 30 anos. A tributação sobre a renda ela é mais nobre porque ela é progressiva, o imposto sobre o consumo você não consegue divergir o rico do pobre. Quando você compra 1kg de arroz, não importa se você é rico ou pobre, você vai pagar o mesmo imposto.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5088452-secretario-geral-da-unafisco-sobre-reforma-tributaria-cada-vez-mais-madura.html>

PT na Câmara vai trabalhar pelo aprimoramento e aprovação do arcabouço

Victor Correia

A bancada do PT na Câmara dos Deputados declarou, nesta quarta-feira (19/4), em nota, que trabalhará pelo aprimoramento e aprovação do novo arcabouço fiscal, enviado na terça-feira (18) ao Congresso, e da **reforma tributária**, que deve tramitar no Parlamento até o meio do ano.

O texto, assinado pelo líder do PT na Câmara, deputado Zeca Dirceu (PT-PR), foi divulgado pelo parlamentar após reunião com todos os membros da bancada, 68 deputados federais, na tarde desta quarta-feira.

A bancada do PT na Câmara, sempre alinhada com propostas para a superação da crise econômica e social herdada do governo passado, estará presente no debate desses temas tão importantes, contribuindo para o seu aprimoramento e aprovação pela Câmara dos Deputados, diz o documento.

A bancada classificou o novo marco fiscal e a **reforma tributária** como iniciativas que pretendem suplantam políticas fiscais implementadas nos governos anteriores, que tantos prejuízos trouxeram aos investimentos, programas e políticas sociais.

Juros a níveis estratosféricos

Os parlamentares também defenderam a política econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), encabeçada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e voltaram a afirmar que a taxa de juros mantida pelo Banco Central é o principal óbice à aceleração do crescimento econômico.

Entre as ações destacadas pela bancada estão a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos, o aumento real do salário mínimo, acima da **inflação**, e a retomada de programas sociais, incluindo o Minha Casa Minha Vida e o Mais Médicos.

Estão em preparação medidas que beneficiam as micro e pequenas empresas, as famílias endividadas, a agricultura familiar e também a classe média, tão massacrada no último governo, defenderam ainda os parlamentares.

Confira a nota na íntegra:

A Bancada do PT na Câmara ressalta os compromissos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para estimular o crescimento econômico e gerar empregos e renda. Trata-se de um objetivo estratégico de resgate da economia brasileira, sob amparo de um modelo sustentável, que respeite o meio ambiente e os direitos sociais e trabalhistas da população.

Mesmo com uma taxa básica de juros fixada pelo Banco Central em níveis estratosféricos, principal óbice à aceleração do crescimento econômico, o governo Lula tem levado em frente seu projeto de reconstrução do país.

A **inflação** desacelera e em março ficou abaixo de 5%, a primeira vez que isso acontece desde janeiro de 2021, contribuindo para criar um ambiente ainda mais favorável à redução dos juros. A cesta básica teve o preço reduzido em 13 capitais e a balança comercial alcançou em março a melhor marca da série histórica para o mês. A Bolsa voltou a subir, o dólar caiu.

Depois de três anos congelado, o salário mínimo voltou a ter crescimento real e uma política permanente de valorização está sendo desenhada.

O Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos passou a ser isento e importantes programas foram retomados, como o Minha Casa, Minha Vida, o Mais Médicos e o de Aquisição de Alimentos (PAA). O Bolsa Família tem transferido um volume recorde de recursos para debelar a fome que atinge milhões de pessoas no país.

Estão em preparação medidas que beneficiam as micro e pequenas empresas, as famílias endividadas, a agricultura familiar e também a classe média, tão massacrada no último governo.

É nesse cenário que se inserem o envio ao Congresso Nacional do novo marco fiscal e as tratativas para um novo sistema tributário. Iniciativas que pretendem suplantam políticas fiscais implementadas nos governos anteriores, que tantos prejuízos trouxeram aos investimentos, programas e políticas sociais.

A Bancada do PT na Câmara, sempre alinhada com propostas para a superação da crise econômica e

social herdada do governo passado, estará presente no debate desses temas tão importantes, contribuindo para o seu aprimoramento e aprovação pela Câmara dos Deputados.

Brasília, 19 de abril de 2023

Zeca Dirceu (PT-PR), líder da bancada do partido na Câmara dos Deputados

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/04/5088505-pt-na-camara-vai-trabalhar-pelo-aprimoramento-e-aprovacao-do-arcabouco.html>

Sindicatos cobram participação de trabalhadores no debate da reforma tributária

Táisa Medeiros

Em mais uma audiência pública realizada pelo Grupo de Trabalho (GT) da **Reforma Tributária**, na Câmara dos Deputados, os grupos ouvidos nesta quarta-feira (19/4) demandaram maior participação dos trabalhadores de todas as classes no debate sobre a **reforma tributária**, uma vez que eles são os mais onerados nos processos de mudança da legislação.

"Normalmente se ouve muito os setores empresariais. Não se ouve os trabalhadores, e nesse momento é o setor que é mais onerado dentro do modelo tributário estabelecido no Brasil, que é perverso em várias dimensões. Toda a riqueza produzida nesse país é feita pelos trabalhadores, e na hora da distribuição, ficam com a menor parte. A maior parte vai para grandes grupos empresariais", comenta Eduardo Zanata, da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas).

Segundo o presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, a maneira para se ter uma **reforma tributária** efetiva é combatendo a concentração de riqueza existente no país. A entidade defende, como uma das medidas, a taxação de lucros e dividendos. "Nós achamos que ela é importante que seja feita. O trabalhador quando faz negociação de participação dos lucros das empresas, eles pagam imposto de renda. E o acionista não paga. É impressionante. Também é muito difícil de se explicar que aquisição de bens de luxo não paga imposto. Carros de luxo, helicópteros.", exemplifica.

A CUT defende, ainda, a desoneração da produção como um caminho para a reindustrialização do Brasil. "Esse país não tem jeito se não se reindustrializar. Na China a gente viu que eles tomaram a decisão de ser a indústria do mundo, e tudo o que eles têm é voltado para isso. Precisamos de um sistema tributário voltado a incentivar a indústria no Brasil", frisa Nobre.

Previdência

O sistema previdenciário brasileiro também entrou no debate. Para Mauro Silva, presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco), apesar dos inúmeros consensos em torno do debate na nova reforma, há tópicos que são esquecidos. "Os **tributos** hoje que financiam a

Previdência, essa base tributária tem sido enfraquecida. Nós estamos permitindo sem debate que os **tributos** que financiam a Previdência sejam erodidos, por meio de pejetização. Precisamos entrar no debate do financiamento da Previdência, enfraquecidos pela pejetização, uberização", alertou o presidente.

Outro alerta, feito pelo presidente da Força Sindical, Miguel Eduardo Torres, é de que o fatiamento da discussão sobre a reforma - primeiramente, debatendo a tributação sobre o consumo e, depois, a tributação sobre a renda - tende a dificultar a busca por acordo. "A reforma não tinha que ser fatiada. Ela tinha que ser completa, porque sempre para a outra parte, uma segunda fase da reforma, quais as condições políticas que vamos ter? Serão outras condições. O nervo mais sensível da reforma estamos deixando para outra parte, e nós sabemos a dificuldade que será colocar isso na mesa de novo para discutir", argumenta.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Notícias Relacionadas:

DIÁRIO DE PERNAMBUCO ONLINE - RECIFE - PE
Sindicatos cobram participação de trabalhadores no debate da **reforma tributária**

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/04/508-8494-sindicatos-cobram-participacao-de-trabalhadores-no-debate-da-reforma-tributaria.html>

Reforma tributária tem de incluir dívidas dos estados, diz Cláudio Castro

Painel

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), defende que a questão do pacto federativo seja incluída no debate sobre a **reforma tributária**. Isso se daria, segundo ele, por meio das discussão das dívidas dos estados com a União.

"Os estados das regiões Sul e Sudeste respondem por 70% do **PIB** brasileiro, 80% da arrecadação e 55% da população. Mas por 93% das dívidas com a União", disse o governador ao Painel em Londres, onde está para uma série de eventos com investidores.

Segundo ele, o debate da **reforma tributária** seria uma oportunidade para rever o indexador das dívidas estaduais. Hoje, ele é equivalente ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou taxa Selic mais 4% ao ano (o que for menor).

Castro propõe que a variação seja com base no IPCA ou Selic mais a variação do **PIB**, até o limite de 4%. "Seria mais justo. Hoje, a gente está debatendo na **reforma tributária** como redividir o bolo, não como aumentar o bolo das receitas", afirmou.

Ele afirma que, independentemente desse pedido, os governadores estão unidos na defesa da reforma, e que não acredita que a rediscussão do pacto federativo possa atrapalhar o andamento da matéria. "Se forem discussões que corram paralelamente, não vejo problema", disse.

Castro também afirmou que sua maior preocupação é evitar que a reforma provoque aumento na carga tributária dos setores de comércio e serviços. "Eles são fundamentais para o estado do Rio de Janeiro, e hoje pagam alíquota de 3%", disse.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/04/ref-orm-a-tributaria-tem-de-incluir-dividas-dos-estados-diz-claudio-castro.shtml>

Viabilidade do arcabouço fiscal ainda preocupa, alerta FGV Ibre

Por **Marsílea Gombata, Valor - São Paulo**

Por Marsílea Gombata, Valor - São Paulo

19/04/2023 17h18 Atualizado há 56 minutos

Apesar de a apresentação do arcabouço fiscal ter sido boa notícia, sua viabilidade ainda é incerta, alerta o Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Em sua edição de abril, o Boletim alerta que os questionamentos acerca do arcabouço fiscal e as projeções a ele associadas têm se dado em torno de três elementos principais. Primeiro, afirma o texto, a contenção da alta do gasto primário na faixa proposta não garante sozinha que se atinjam as metas de superávit primário propostas.

"Para isso seria necessário um significativo aumento da carga tributária. Ainda não está definido de onde viria este aumento de arrecadação", diz o texto, ao lembrar que integrantes do Ministério da Fazenda preveem que o governo federal terá de aumentar as receitas líquidas (descontando transferências para Estados e municípios) em R\$ 100 bilhões por ano.

O segundo ponto de questionamento diz respeito ao aumento da arrecadação vir de receitas não recorrentes, que podem melhorar o quadro fiscal no curto prazo, mas não garantem trajetória sustentável para o déficit primário e a dívida pública.

Em terceiro lugar, continua o texto, o arcabouço fiscal estabelece um teto para o total do gasto primário, mas vem com medidas que criam pisos para o aumento de despesas em saúde, educação e investimentos. Soma-se a elas, alerta o FGV Ibre, o crescimento real esperado do gasto previdenciário, que deve acelerar com a proposta de elevar o salário-mínimo em termos reais.

Esses reajustes devem comprimir o espaço fiscal. Assim, para atender a todos os compromissos por mais gastos, a única saída é haver crescimento econômico, alerta o FGV Ibre, que espera crescimento de 0,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, ressalta que as próximas semanas serão fundamentais para

avaliar a viabilidade de as medidas propostas gerarem sustentabilidade fiscal. "Para isso, seria preciso que o Congresso Nacional, da mesma forma que apoiou a elevação dos gastos públicos promovida pela PEC da Transição, também apoiasse o aumento de carga tributária proposto pelo Executivo", afirma.

Ela argumenta que, pelo nosso histórico, parlamentares quase sempre aprovam aumento de gastos, mas poucos são afeitos a medidas que visam aumentar a carga tributária.

"Há preocupação sobre como viabilizar essa nova regra. Há várias incertezas, porque sabemos que não será trivial conseguir receitas, em um primeiro momento, para se adequar à regra", diz Silvia, ao observar que o arcabouço apresentado faz sentido em um contexto de aumento de arrecadação e que os gastos parecem subestimados.

"Precisamos de superávit primário no futuro. Se a receita crescer bastante, tudo certo. O problema é como fazer ela crescer. De onde virão?", continua.

Ela afirma que a **reforma tributária** pode tornar a situação menos pior, uma vez que há aspectos positivos de maior eficiência, principalmente em setores como a indústria.

"Mas há muita dificuldade para melhorar a eficiência desses gastos, reduzir ou mitigar gastos ineficientes. Ao mesmo tempo, o Congresso não aprova aumento de carga tributária", diz. "Não está claro, portanto, qual a força do governo para ter receitas e pensar na estabilidade da dívida. E precisamos não apenas zerar o déficit no ano que vem, mas ter alguma previsão de superávit para os próximos anos."

Na seção sobre política fiscal do Boletim, os autores Manoel Pires e Carolina Resende analisam a proposta do governo de ajuste fiscal pela receita e mostram que, para atingir a meta de superávit de 1% em 2026, a arrecadação líquida do governo federal teria de passar de 18,2% do **PIB** para 19,5% em 2026, um aumento de 1,3 ponto percentual do **PIB**.

"Qual o impacto de uma estratégia fiscal de ampliação de receitas? As evidências empíricas sugerem que os multiplicadores de arrecadação são negativos, porém menos contracionistas do que o ajuste pelo lado das

despesas", afirmam, ao ressaltar que a evidência dos multiplicadores de receita é mais incerta do que a dos gastos.

Eles alertam que, se por um lado, essa proposta de ajuste tende a ser menos contracionista, é importante observar o impacto de longo prazo no aumento de carga tributária, à medida que "o imposto gera peso morto sobre a produção e uma série de distorções sobre o sistema econômico".

Eles lembram ainda que a experiência do Teto de Gastos mostrou que uma regra fiscal restritiva não substitui uma boa gestão pública.

Ainda em sua última edição, o Boletim ressalta notícias que podem acenar para o fim do aperto monetário. Nos EUA, os dados de **inflação** e atividade sinalizam que o ciclo de alta de juros pode estar próximo do fim. Por aqui, o resultado do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de março animou o mercado financeiro. A alta de 0,71% ficou abaixo da expectativa, cuja mediana estava em 0,77%, e apresentou certo alívio nas estatísticas de núcleo, difusão e serviços.

Para os próximos meses, afirma o economista André Braz na parte sobre **inflação** do Boletim, o IPCA acumulado em 12 meses seguirá em desaceleração. No entanto, eventos como a redução da oferta de petróleo anunciada por países da Opep+ e reajustes em abril, maio e junho farão com que a expectativa de **inflação** para o fim do ano não se altere - Braz espera IPCA de 6,2% neste ano e de 4,1% em 2024.

A queda da **inflação** em março, a recepção positiva da proposta de arcabouço fiscal pelo mercado e a recente apreciação do real frente ao dólar renovaram expectativas de que o Banco Central estaria prestes a dar início a um ciclo de cortes da taxa Selic, escreve José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV/Ibre, escreve na seção sobre política monetária. O desafio, afirma, é como reduzir a Selic sem perda de credibilidade da autoridade monetária.

"Na margem, a **inflação** tem recuado, como ilustra, por exemplo, o comportamento da média móvel trimestral do IPCA. (...). A média dos cinco núcleos de **inflação** acompanhados de perto pelo BC recuou de aproximadamente 13% em meados de 2022 para 6,1% agora em março. São números animadores, mas o fato é que o aperto da política monetária ainda não rendeu os frutos esperados por todos, em particular pelo BC", escreve Senna, ao lembrar que o objetivo é atingir a meta de 3% ao ano.

Ele afirma que, diante do elevado nível dos juros reais

na economia brasileira "notoriamente insustentável", em algum momento terá de haver reversão.

"O drama é que o trabalho do BC está longe de concluído e, além disso, um eventual afrouxamento da política monetária em desacordo com os protocolos de atuação de um BC praticante do regime de metas acabaria por tornar o quadro inflacionário ainda mais grave, exigindo, mais adiante, a retomada do aperto, possivelmente em escala mais severa", alerta.

Seriam bem-vindos novos passos envolvendo o Congresso Nacional, no sentido de gerar expectativas melhores acerca do futuro do arcabouço fiscal, e uma atitude enérgica do governo no sentido de manter intocadas as atuais metas de **inflação**, afirma.

"Ambos atuariam para reduzir as expectativas de **inflação**, possibilitando projeções abaixo da meta", escreve Senna. Isso, conseqüentemente, viabilizaria o início da redução dos juros básicos da economia.

"O controle inflacionário é doloroso e demanda taxas de sacrifício para a economia. Mas não controlá-lo é pior", afirma Silvia. "Essa ânsia [do governo] de querer a redução de juros a qualquer custo em meio a expectativas desancoradas torna o trabalho do BC mais difícil. Isso me preocupa. A busca por atalhos tem efeitos mais negativos do que positivos."

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/04/19/viabilida-de-do-arcabouo-fiscal-ainda-preocupa-alerta-fgv-ibre.ghtml>

Governo federal não decretou fim da Zona Franca de Manaus, ao contrário do que diz post

Posts enganam ao afirmar que o governo federal decretou o fim da Zona Franca de Manaus porque os incentivos fiscais teriam se acabado, como disse Simone Tebet, ministra do Planejamento. Desinformadores tiraram de contexto uma declaração da ministra. Quando disse, em 4 de abril, em Brasília, que "a questão dos incentivos fiscais foi necessária por um tempo no Brasil, mas ela se exauriu, seus efeitos se exauriram", Tebet se referia ao modelo de desenvolvimento baseado em benefícios fiscais. Em relação ao polo industrial na capital amazonense, ela disse que, até onde sabe, os incentivos deverão ser protegidos.

"A informação que nós temos é que, a princípio, esses dois benefícios [Zona Franca e Simples Nacional] serão protegidos. Portanto, continuarão tendo uma diferenciação no que se refere à questão tributária. Mas, de novo, é uma decisão a ser feita pelo Congresso Nacional que vai ser acatada pelo governo do presidente Lula", disse ela durante audiência no grupo de trabalho sobre a **reforma tributária** na Câmara dos Deputados. O evento completo, como verificado pelo Projeto Comprova, pode ser assistido no canal da Câmara no YouTube.

Procurado pela reportagem, o Ministério do Planejamento reafirmou que Tebet não defendeu o fim do polo industrial amazonense e que o governo não decretou seu fim. "Pelo contrário, ela colocou a Zona Franca e o Super Simples como benefícios a serem mantidos."

Enganoso, para o Comprova, é o conteúdo retirado do contexto original e usado em outro de modo que seu significado sofra alterações; que usa dados imprecisos ou que induz a uma interpretação diferente da intenção de seu autor; conteúdo que confunde, com ou sem a intenção deliberada de causar dano.

O Comprova investiga os conteúdos suspeitos com maior alcance nas redes sociais. No Instagram, duas postagens somaram 4,4 mil interações. Já no TikTok, o post teve 3,8 mil curtidas e 1,2 mil compartilhamentos.

Em busca no Google por termos como "Simone Tebet"

e "exauriram", o resultado trouxe reportagens sobre a participação dela no evento na Câmara. A partir daí, a equipe encontrou o vídeo completo do evento no site do órgão e conseguiu verificar as declarações da ministra.

Mesmo já sabendo se tratar de um conteúdo enganoso, entrou em contato com a assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento para checar informações, que, como mencionado acima, negou as alegações.

Os posts enganosos usam print de título publicado no site Portal Conservador Amazonas. Embora a chamada seja "Governo Lula decreta fim da Zona Franca de Manaus - incentivos fiscais 'se exauriram', afirma ministra Simone Tebet", o texto informa que a ministra disse que os benefícios para a Zona Franca vão continuar. Procurado, o site não respondeu até a publicação deste texto. O Comprova tentou contatar, via Instagram, o perfil que assina o texto e um dos que tiveram o post viralizado, mas não houve retorno até a publicação desta verificação. Com o perfil que publicou o post enganoso no TikTok a reportagem não conseguiu contato porque os comentários estão desativados e na rede social só há troca privada de mensagens entre contas que se seguem mutuamente.

Aparentemente, o post traz uma informação bombástica, o governo estaria acabando com a Zona Franca de Manaus, criada em 1967. Sendo assim, devemos, já no primeiro momento, nos perguntar por que não lemos sobre o assunto em nenhum veículo da imprensa tradicional. E já devemos ficar com o alerta ligado. Um próximo passo é pesquisar pelo conteúdo, para ver se nenhuma mídia profissional realmente publicou sobre a notícia. Nessa etapa, já percebemos se tratar de um conteúdo de desinformação, pois as reportagens mais recentes citando Tebet e a Zona Franca de Manaus dizem exatamente o contrário dos posts, como já informado acima. Além disso, não há qualquer menção a este assunto nos canais oficiais do governo.

O Comprova monitora conteúdos suspeitos publicados em redes sociais e aplicativos de mensagem sobre políticas públicas e eleições no âmbito federal e abre

investigações para aquelas publicações que obtiveram maior alcance e engajamento. Você também pode sugerir verificações pelo WhatsApp +55 11 97045-4984 . Sugestões e dúvidas relacionadas a conteúdos duvidosos também podem ser enviadas para a Folha pelo WhatsApp 11 99486-0293 .

O mesmo conteúdo foi investigado pelo Jornal do Comercio . E Tebet já foi alvo de outras postagens desinformativas checadas pelo Comprova, como a verificação que demonstrou que ela prometeu reduzir **impostos** dos mais pobres, ao contrário do que sugeria vídeo e a que mostrou ser falso que a ministra deixou médica ser humilhada na CPI da Covid.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/governo-federal-nao-decretou-fim-da-zona-franca-de-manaus-ao-contrario-do-que-diz-post.shtml>

A busca pelo crescimento e o papel do Estado (Artigo)

A busca pelo crescimento e o papel do Estado

O início do novo governo tem sido marcado por várias declarações controversas sobre a economia, ao mesmo tempo que importantes reformas, como a tributária e a proposta do novo arcabouço fiscal, ganham destaque no debate econômico.

O Executivo federal tem pressa em anunciar medidas em busca de maior crescimento econômico, mas vários retrocessos voltaram à pauta. Por traz das medidas mais polêmicas predomina a maior intervenção do Estado na economia, entre elas o aumento do investimento público, a volta do crédito subsidiado pelo BNDES, o uso político das empresas estatais e o fim do programa de privatizações. O novo governo quer retomar antigas e fracassadas medidas econômicas acreditando que o caminho para o crescimento do Brasil passa por uma maior atuação do Estado.

Analisando a evolução dos gastos públicos entre 2003 e 2016, o crescimento anual das despesas do governo foi de 6% acima da **inflação**. Os gastos passaram de 15% para 20% do **PIB** no período. Além das despesas diretas, que incluíram principalmente o crescimento de transferências de renda, via Previdência e programas sociais, os bancos públicos também aumentaram sua participação na economia com crescimento mais acelerado da concessão de crédito.

O saldo de crédito dos bancos estatais saiu de 19% em 2010 (início da série) para o pico de 30% em 2016. Mesmo com toda a expansão da atuação do Estado, o crescimento médio do **PIB** foi de apenas 2% entre 2003 e 2016. O Estado foi mesmo um bom indutor do crescimento?

Outro exemplo de intervenção estatal na economia com baixo resultado foi a gestão das empresas estatais. No período de 2006 a 2020, analisando o desempenho das empresas listadas na Bolsa, as empresas com controle estatal mostraram performance pior (medida pelo retorno ao acionista), eficiência inferior (calculada pela receita em relação ao número de funcionários) e investiram menos. Enquanto os dividendos das estatais e a receita de concessões e privatizações representaram para o governo, em média, 0,3% do **PIB** ao ano entre 2003 e 2016, esse valor pulou para 0,9% entre 2018 e 2022

com o desinvestimento nas estatais com a vendas de subsidiárias, redução da alavancagem e retomada das privatizações.

O capitalismo de Estado, que predominou entre 2003 e 2016, trouxe pouco ganho concreto para a nossa economia. Não só tivemos baixo crescimento, mas nossa produtividade segue estagnada, e o investimento em relação ao **PIB** teve forte queda. Além disso, o avanço dos gastos públicos exigiu também aumento da carga tributária e ainda provocou forte elevação da dívida pública, o que elevou o custo Brasil -tanto pela complexidade dos **impostos** como pela alta taxa de juros resultante do risco fiscal.

Nos últimos dois anos, no entanto, tivemos um breve período de crescimento mais acelerado, e alguns indícios apontam para um caminho diferente do atual rumo das discussões sobre a política econômica.

Em destaque, o período de menor taxa de juros, combinado com reformas setoriais e aprimoramento dos marcos regulatórios, permitiu o crescimento do mercado de capitais, abrindo nova avenida de financiamento de projetos de investimento privado no país. Turvado pela polarização política, o novo governo parece ignorar as positivas experiências recentes e retroceder em políticas econômicas que claramente não tiveram sucesso no Brasil.

Com elevado custo de dívida, que pode chegar a 7% do **PIB** neste ano, a capacidade do Estado em promover crescimento é bastante limitada. O controle dos gastos públicos é fundamental e felizmente está no centro do debate do novo arcabouço fiscal. Juntamente com a **reforma tributária**, que tem boas chances de finalmente ser aprovada, pode resultar em um tão esperado ganho de produtividade e redução sustentável da taxa de juros. O principal papel do Estado no crescimento da economia é provendo regras seguras e equilíbrio das contas públicas, o que vão resultar em menores juros, mais investimentos e consequentemente maior desenvolvimento econômico.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2023/04/a-busca-pelo-crescimento-e-o-papel-do-estado.shtml>

Tarcísio diz que São Paulo apoia aprovação de reforma tributária pelo Congresso

SÃO PAULO (Reuters) - O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse nesta quarta-feira que o Estado apoia a aprovação pelo Congresso Nacional de uma **reforma tributária**, medida que é apontada como uma das prioridades da equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em evento no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, Tarcísio, que é aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro e derrotou o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na disputa pelo governo de São Paulo na eleição do ano passado, disse que, mesmo que haja perdas inicialmente para São Paulo com as mudanças, no longo prazo o Estado será beneficiado por ser a maior economia do país.

(Reportagem de Alberto Alerigi Jr.; Texto de Eduardo Simões)

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA
Tarcísio diz que São Paulo apoia aprovação de **reforma tributária** pelo Congresso

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/04/19/tarcisio-diz-que-sao-paulo-apoia-aprovacao-de-reforma-tributaria-pelo-congresso.htm>

O que faltou dizer sobre o arcabouço fiscal

Por Maílson da Nóbrega

Entre os comentários sobre o novo arcabouço fiscal, foram pouquíssimos os que lembraram o mais sério risco de uma futura crise da dívida pública, qual seja a rigidez orçamentária sem paralelo no planeta. Cerca de 95% das despesas primárias do governo federal têm natureza obrigatória. No mundo, os governos costumam dispor de 50% do orçamento para financiar a estrutura da administração e políticas de desenvolvimento econômico e social. Aqui, são apenas 5%. Isso é insustentável.

Como esse risco dificilmente ocorrerá no atual período de governo, o mercado financeiro reagiu favoravelmente aos parâmetros do arcabouço. Tal reação se explica também porque não se confirmaram temores de escolha da dívida como âncora. Além disso, incluiu-se um limite para os gastos, uma demanda de grande parte dos analistas. As exceções se restringiram ao Fundeb, ao piso da enfermagem e a um mínimo de investimentos, o que não assustou. Os investimentos também poderão crescer se houver sobras no cumprimento da meta de superávit primário.

Apesar da boa acolhida, a análise de economistas, inclusive de instituições financeiras, não foi tão favorável. Assinalou-se, corretamente, que o arcabouço criará incentivos ao aumento da carga tributária, pois a expansão das despesas corresponderá a 70% do incremento das receitas. É verdade que haverá um limite superior para essa expansão, de 2,5% reais por ano, mas também um piso de 0,6%, que ocorreria, em tese, quando houvesse recessão, o que demandará aumento da arrecadação para que o piso seja cumprido.

Ao contrário das estimativas otimistas do governo, dificilmente será possível estabilizar a relação dívida/**PIB**

Ao contrário das estimativas otimistas do governo, dificilmente será possível estabilizar a relação dívida/**PIB**, que na verdade é o principal objetivo do arcabouço. Na hipótese mais otimista, a relação alcançará 76,5% do **PIB** em 2026 (de 73,5% em 2022). Ocorre que será necessário um superávit primário anual de pelo menos 1,5% do **PIB** para que a relação se estabilize (mais ainda para viabilizar uma queda mais à frente). A média projetada no arcabouço para o atual período de governo é de apenas 0,25% do **PIB**.

Estimativas da Tendências e de outros analistas do setor privado indicam que essa relação ficará acima de 80% do **PIB** em 2026, a menos que o superávit primário cresça por forte elevação da carga tributária, seja por aumento de alíquotas, seja por medidas para reduzir incentivos fiscais ou cobrar dos que não pagam.

Houve quem reclamasse da ausência de cortes de gastos, mas essa é uma crítica injusta. Mesmo que houvesse tal intenção, a medida seria praticamente impossível diante da rigidez orçamentária. Por isso, continuaremos com baixíssimas condições (talvez nenhuma) para fazer o ajuste fiscal via corte de despesas. Permanecerá o problema da época do teto de gastos, quando o aumento das despesas obrigatórias implicava compressão das demais, prejudicando áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico.

Para piorar, o governo aumentou a rigidez orçamentária ao conceder aumento ao funcionalismo (provavelmente inevitável), repor perdas provocadas pelo teto de gastos nas áreas de educação e saúde e restaurar a política de elevações reais do salário mínimo, o que elevará as despesas da Previdência. Tudo isso incrementará os gastos obrigatórios.

Há um outro problema pouco comentado. Se o governo decidir elevar a carga tributária via imposto de renda, será preciso cobrar o dobro, pois metade de sua arrecadação se destina compulsoriamente a Estados, municípios e fundos regionais de desenvolvimento. Se a opção for por incidências não partilháveis, mas distorcíveis, como PIS e Cofins, a medida agravará o caos da tributação do consumo, na direção oposta ao objetivo básico da **reforma tributária**.

O arcabouço pode nos trazer de volta ao período anterior ao teto de gastos, caso o crescimento da economia for inferior a 2,5% (cálculos atuais indicam que o potencial de crescimento anual do **PIB** mal chega a 2%). Caminhávamos para bater no muro quando se materializasse o risco de crise da dívida. Esse risco retornou, embora mitigado pelo limite de crescimento das despesas e pela possibilidade de aumentar a carga tributária para elevar o resultado primário. Ou seja, voltamos a flertar com o muro, só que mais lentamente. Ganharemos tempo para tentar resolver o problema da rigidez orçamentária.

Demonstrar essa bomba-relógio demandará liderança

política para induzir a sociedade a conscientizar-se da gravidade da rigidez fiscal que ameaça o futuro da economia brasileira. Suas origens estão na Constituição de 1988, elaborada em período de enormes desigualdades e pobreza, em grande parte causada pela piora do processo inflacionário iniciada com a primeira grande crise do petróleo (1973-1974).

Sem liderança política capaz de coordenar os trabalhos da Assembleia Constituinte, gastos sociais permanentes viraram mandamento constitucional. Buscou-se criar um Estado de Bem-Estar europeu em um país de renda média. Os gastos previdenciários alcançam hoje 14% do **PIB**, o mesmo da Alemanha e Itália, países que têm o dobro de idosos e são ricos.

Segundo o economista Marcos Mendes, com base em dados do FMI, o Brasil figura em terceiro lugar em gastos com proteção social como proporção do **PIB**, à frente de países ricos. A educação consome 6,3% do **PIB**, acima da média das nações desenvolvidas (5,8% do **PIB**), mas sua qualidade é lamentável. Ainda segundo seus cálculos, no teste do Pisa, realizado pela OCDE, o Brasil está no percentil 90 na comparação com todos os países participantes e no percentil 97 em relação aos países que participaram de todas as edições do teste.

A meu ver, o Ministério da Fazenda formulou a proposta de arcabouço fiscal que era possível nas circunstâncias atuais. O projeto dependerá de aprovação do Congresso, onde impera uma cultura pró-gasto. Haverá espaço para a ação de lobbies, inclusive do próprio governo, em favor de exceções que destruiriam sua credibilidade. Precisamos torcer, mas não será fácil.

Maílson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda, é sócio da Tendências Consultoria

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
O que faltou dizer sobre o arcabouço fiscal

Site: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-que-faltou-dizer-sobre-o-arcabouco-fiscal.ghtml>

Decisão do governo sobre remessa de US\$ 50 mostra como será difícil elevar arrecadação

Por *Marta Watanabe - São Paulo*

O recuo do governo da ideia de reforçar a tributação de remessas de produtos importados por pessoas físicas para valores de até US\$ 50 tem impacto pequeno no contexto fiscal atual, mas é "icônico" da dificuldade que deve ser enfrentada para emplacar as medidas para elevação de arrecadação necessárias para a sustentabilidade do arcabouço fiscal. A medida renderia receita de R\$ 8 bilhões, ante cerca R\$ 100 bilhões a 150 bilhões necessários para se cumprir as metas de resultado primário.

Carlos Kawall, sócio e fundador da Oriz Partners, lembra que, além da resistência que sempre se tem a uma maior tributação, outras receitas mais representativas em termos de potencial de arrecadação e que estão na mira do governo também devem enfrentar dificuldades para serem viabilizadas, como a questão da dedução das subvenções na base de cálculo do Imposto de Renda (IR).

O tema, avalia Kawall, envolve interpretação de lei muito controversa e já foi judicializado. Diferentemente de medidas como a tributação de exportação de petróleo ou a da já anunciada tributação sobre apostas on-line, que requer regulamentação, a tributação das encomendas internacionais de até US\$ 50 por pessoas físicas, a rigor, seria por tributo já existente - o Imposto de Importação - com fato gerador bem definido, que é a entrada da mercadoria estrangeira em território nacional, e que estaria, inclusive, em consonância com o objetivo da **reforma tributária** da tributação sobre consumo defendida pelo governo federal.

No momento em que a discussão ficou mais polêmica, o próprio Ministério da Fazenda esclareceu que, no caso das importações, nunca existiu isenção de US\$ 50 para compras on-line do exterior. Portanto, não fazia sentido afirmar que se pretendia acabar com o que não existe. A isenção é concedida para encomendas no valor de até US\$ 50 remetidas por pessoa física e destinadas a pessoas físicas, esclareceu a Fazenda.

O fato é que, cientes ou não da regra de que a

transação deve ser feita entre pessoas físicas para ser beneficiada pela isenção, os consumidores usam o valor de US\$ 50 como referência para compras em sites internacionais e as encomendas chegam às suas casas na maior parte das vezes livres da tributação do Imposto de Importação.

A ideia para se chegar à receita de R\$ 8 bilhões era reforçar a fiscalização para verificar se o remetente se trata mesmo de pessoa física e se não há fracionamento de compras para evitar ultrapassar os US\$ 50. Não seria necessário instituir tributação, apenas "instrumentalizar a **Receita Federal** para fazer valer a lei que já existe", como declarou anteontem o secretário da Receita, Robinson Barreirinhas.

A razão do recuo, portanto, não está relacionada à complexidade de aprovação de nova lei ou regulamentação. A questão é a dificuldade de qualquer governo de passar a cobrar um imposto que por alguma razão não é recolhido. Mesmo quando o aumento de arrecadação tributária é considerado imprescindível para que o novo governo consiga chegar às metas de resultado primário já propostas em nova regra fiscal, dentro de um arcabouço em que há sempre aumento real de despesas, ainda que limitado.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/04/19/decisao-do-governo-sobre-remessa-de-us-50-mostra-como-sera-dificil-elevar-arrecadacao.ghtml>

Governo acredita que o arcabouço será aprovado e que a maior negociação será sobre o espaço para gastos

Por Manoel Ventura, Paula Ferreira, Gabriel Sabóia e Camila Turtelli - Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entregou ontem o projeto do novo arcabouço fiscal nas mãos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). Após semanas de discussões internas, a proposta que vai substituir o teto de gastos chega ao Congresso como o primeiro grande teste da base aliada do governo.

O projeto é fundamental para definir o espaço que Lula terá para gastar nos próximos anos de mandato. Após receber o projeto, Lira afirmou que a intenção é encerrar o tema na Câmara até 10 de maio.

- Temos um compromisso e um desafio de discutir uma **reforma tributária** no primeiro semestre, e é importante que nós tenhamos o arcabouço com todas as suas condicionantes discutidas e votadas antes da **reforma tributária**. Portanto, a gente tem prazo. Se a gente puder cumprir o prazo de até 10 de maio na Câmara, atende bem - afirmou o presidente da Câmara.

Lira afirmou que anuncia hoje quem será o relator da proposta. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o mecanismo funcionará bem se a agenda foi cumprida, citando medidas para aumentar a receita.

Segundo o ministro, há quase R\$ 600 bilhões de renúncia fiscal no Orçamento e quer rever apenas um quarto dessa renúncia "para garantir a sustentabilidade fiscal do país".

- O Brasil não aguenta mais tanta sangria, é muita sangria - disse Haddad, completando que a **reforma tributária** virá na sequência, para garantir a sustentabilidade de longo prazo.

O projeto terá que ser aprovado com o apoio de pelo menos 257 dos 513 deputados, a chamada maioria absoluta. Depois, segue para o Senado, onde precisa do aval de 41 dos 81 senadores. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que acredita numa tramitação rápida. Ele viajou para

Londres antes da reunião com Lula e foi representado por Vital do Rêgo.

- Nós vamos nos dedicar a uma apreciação rápida do arcabouço fiscal - disse.

O projeto chega à Câmara num momento em que o governo ainda engatinha na formação da base e sem que nenhum projeto de relevo tenha sido votado. Questionado sobre isso, Lira afirmou que essa preocupação é da articulação política do governo, mas o arcabouço é de interesse público.

- Vamos pensar com tranquilidade. Não vamos antecipar outras situações. Esse tema é de interesse nacional - disse Lira.

O governo acredita que o arcabouço será aprovado e que a maior negociação será sobre o espaço para gastos e outros detalhes da regra. Lideranças da oposição e de partidos de centro criticaram trechos do texto, principalmente sobre a possibilidade de o descumprimento das metas não configurar infração à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- Qual é a segurança que um investidor pode ter no Brasil, diante de uma proposta como essa, para a gente conseguir alavancar o crescimento no país? - questionou o líder do PL na Câmara, deputado Altineu Côrtes (RJ).

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), disse que o projeto passará por ajustes:

- Vai ser necessário que haja um ajuste para que esse dito arcabouço possa de fato, minimamente, estabilizar o crescimento da dívida pública, algo que interessa a todos.

O governo deve pedir urgência na tramitação do projeto e fazer com que o texto vá direto para o plenário da Câmara, sem passar pelo crivo das comissões da Casa. O líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), disse que há chances de o projeto ser aprovado em menos de um mês.

De acordo com ele, o texto deve pular a fase de

comissões e ir direto à análise do plenário, o que encurta o caminho até a aprovação.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse que há um clima "muito positivo para a aprovação" da proposta:

- Vamos garantir ao país previsibilidade, credibilidade e estabilidade.

O projeto apresentado ontem traz inovações em relação às primeiras informações dadas pelo governo. O texto final do arcabouço deixa algumas despesas fora da regra, como já ocorre hoje com o teto de gastos.

Os gastos com o aumento de capital de empresas estatais não dependentes do Tesouro Nacional ficarão fora da regra. A nova proposta, porém, tira desse trecho as empresas financeiras. Dessa forma, eventuais aportes feitos em bancos como BNDES e Caixa Econômica Federal estarão dentro da regra e consumirão o espaço das despesas.

O mesmo ocorrerá para empresas dependentes do Tesouro, como já ocorre hoje. Todas as despesas de estatais dependentes, como a Infraero, farão parte da regra fiscal.

No total, são 13 exceções, como créditos extraordinários (editados apenas em casos de urgência e imprevisibilidade) e pagamentos de precatórios com descontos. A complementação para o Fundeb (fundo da educação básica) e a transferência para estados e municípios pagarem o piso de enfermagem também ficam fora da regra.

O arcabouço fiscal prevê limites de despesas fixados por Poder. Haverá limites individuais para o Executivo Federal, para o Judiciário, para o Legislativo (Câmara, Senado e Tribunal de Contas da União), Ministério Público da União e Defensoria Pública da União.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/governo-acredita-que-o-arcabouco-sera-aprovado-e-que-a-maior-negociacao-sera-sobre-o-espaco-para-gastos.ghtml>

Apesar do recuo de Lula, Fazenda não desistiu de restringir vendas de Shein e Shopee

Por Malu Gaspar

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez o governo recuar da ideia de acabar com a isenção de **impostos** para compras internacionais de menos de US\$ 50 em lojas de varejo online como Shein e Shopee. Mas o Ministério da Fazenda não desistiu de impor restrições a esse comércio.

A equipe de Fernando Haddad, que anunciou o recuo na taxação por ordem de Lula, passou a trabalhar ontem mesmo em medidas administrativas que dificultem a entrada dos produtos no Brasil.

Como Lula proibiu a aplicação de qualquer taxa neste momento, a ideia é criar normas aduaneiras e de transporte, por meio de resoluções ou portarias da Receita e dos Correios.

O plano agora é trabalhar com regulamentações que criem "obrigações novas e administrativas" que não precisem ser aprovadas no Congresso e nem representem aumento de tributo.

Técnicos da equipe econômica com quem conversei afirmam que a ideia agora é anunciar as novas medidas na semana que vem. Por ora, o Ministério da Fazenda vai se concentrar nas discussões do novo arcabouço fiscal.

Exemplos de medidas em estudo seriam mudanças de regras alfandegárias ou do formato de entrega dos Correios para produtos desses varejistas online.

Em reunião com a equipe econômica na manhã de terça-feira, Lula reclamou de o fim da taxação ter sido anunciado sem a aprovação da Casa Civil e disse que não aprovaria uma medida que punisse os consumidores de baixa renda e de classe média baixa, principais compradores dessas plataformas de comércio online.

Nos bastidores, auxiliares do presidente e de Haddad afirmam que a primeira-dama Janja teve papel fundamental no recuo, depois de sentir a pressão das redes sociais sobre o governo.

Na semana passada, depois que o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, deu entrevista informando do fim da isenção, Janja chegou a se envolver num debate com internautas sobre a medida.

Mas o resultado foi ruim para a primeira-dama, que se confundiu nos conceitos e afirmou que "a taxação é para empresas e não para consumidores". Não é assim que funciona, já que qualquer taxa extra é sempre repassada ao comprador dos produtos.

A decisão de Lula, porém, resolveu um problema - a péssima repercussão do plano "anti-Shein" - e criou outro. As medidas administrativas em estudo agora podem até atender ao forte lobby dos varejistas locais e aumentar o custo de trazer os produtos ao Brasil, mas não trariam o acréscimo de arrecadação que a Fazenda está buscando para cumprir as metas fiscais.

Outro problema, na avaliação dos técnicos da equipe econômica, é que a discussão sobre as plataformas online pode acabar atrasando as discussões sobre a **Reforma Tributária**, que para eles deveriam ser prioritárias.

Ou seja: Lula pode estar em paz com Janja, Shein e Shopee, mas já tem um novo embate marcado com os varejistas e a equipe econômica.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2023/04/apesar-do-recuo-de-lula-fazenda-nao-desistiu-de-restringir-vendas-de-shein-e-shopee.ghtml>

Arcabouço é crucial para Lula, mas depende de milagre no aumento da receita

**** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

O arcabouço fiscal, divulgado nesta terça-feira (18), não é a bala de prata capaz impulsionar uma nova etapa de crescimento consistente e sustentável da economia brasileira. A bala de prata consiste no eventual êxito da negociação do arcabouço fiscal com o Congresso.

Essa negociação é crucial para o governo Lula. Não há outro caminho para tentar reverter as tendências de retração ou de baixo crescimento da economia além da abertura de espaços para aumentar os gastos públicos, empurrando a atividade econômica. Mas não há como abrir esse espaço, mantendo sob controle a dívida pública, sem expandir as receitas públicas.

O volume de isenções fiscais e privilégios, ainda mais quando somado às manobras fraudulentas para driblar a tributação, é imenso, podendo chegar a mais de um quarto do que é efetivamente arrecadado. Por isso, expandir a arrecadação, sem aumentar a carga de quem já paga muito imposto é, em teoria, uma estratégia acertada e viável. O problema é que, para ser efetiva, precisa do apoio do Congresso.

Com um Congresso conservador e coalhado de representantes de grupos de interesse, em que o governo está longe de contar com maioria permanente, pode-se prever uma guerra legislativa para fazer a âncora fiscal desenhada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ser efetiva. Nem tanto para aprovar seus parâmetros, mas, certamente, para a necessária ampliação da arrecadação exigida pela engenharia fiscal proposta.

O esforço para expandir a arrecadação terá de ser grande - alguns, mais céticos, acham que nem um milagre permitirá alcançar os parâmetros necessários. Só para 2024, estima-se que as receitas terão de aumentar entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões, para que o ajuste pretendido seja efetivado. O economista Sergio Gobetti, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), referência brasileira em questões fiscais, imagina que é possível, ainda que difícil. Gobetti calcula que a soma do crescimento da economia e do tamanho do ajuste pelo lado de receita pública terá de alcançar pelo menos uma expansão de 4% a cada ano, para manter a dívida no

nível atual de 76% do PIB até 2026.

Economista Sergio Gobetti, em artigo para o Blog do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas)

Alguma coisa poderia ser obtida com racionalização de gastos, conforme mostra um estudo do economista Gabriel Leal de Barros, ex-diretor da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão vinculado ao Senado, que acompanha as contas públicas. Por exemplo:

Reforma administrativa. Economia de R\$ 16,6 bilhões, entre 2024 e 2026, com o enxugamento das 300 carreiras hoje existentes no serviço público e eliminação de privilégios no topo da pirâmide do funcionalismo;

Consolidação de programas sociais. O redesenho e a integração de programas que hoje se sobrepõem e perdem eficácia pela descoordenação possibilitaria uma economia de R\$ 50 bilhões, entre 2024 e 2026.

Eliminação gradual do abono salarial. Estudos e mais estudos já comprovaram que o abono, um 14º salário para trabalhadores com carteira assinada e remuneração até dois salários mínimos, é caro e pouco eficiente como proteção financeira aos beneficiários. Limitando o benefício a quem recebe um salário mínimo, já haveria uma economia de R\$ 65 bilhões, entre 2024 e 2026.

O grosso do ajuste exigido pela nova âncora fiscal, sem esmagar as despesas públicas, principalmente as sociais e os investimentos públicos, contudo, teria de vir de aumentos na arrecadação. O foco, resumindo, terá de ser o ataque aos privilégios contidos no conjunto dos chamados gastos tributários e aos vazamentos, por fraude ou outras manobras, no recolhimento de tributos.

No conjunto, as isenções e os subsídios a setores e grupos de interesse chegam, chegariam, em 2024, a R\$ 486 bilhões, de acordo com as estimativas da **Receita Federal**, contidas no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), enviado pelo Executivo ao Congresso na sexta-feira (14). Mexer nesse verdadeiro vespeiro, do qual não se deve excluir a reforma tributária, será a prova de fogo do arcabouço fiscal.

Os gastos tributários, no ano que vem, representam mais de 4% do **PIB** e quase 20% do total previsto para a arrecadação de **tributos**. Exemplos entre os principais grupos beneficiários:

Empresas com faturamento anual até R\$ 4,8 milhões, inscritas no Simples Nacional, deixarão de recolher, em 2024, **tributos** da ordem R\$ 118,8 bilhões.

Agricultura e agroindústria ficarão isentas do pagamento de R\$ 57,1 bilhões em **impostos**.

Em razão dos rendimentos isentos e não tributáveis no Imposto de Renda das pessoas físicas, a perda tributária alcançará R\$ 51,1 bilhões

Entidades sem fins lucrativos terão isenção de R\$ 40,2 bilhões

Zona Franca de Manaus e outras áreas consideradas de livre comércio, deixarão de recolher R\$ 35,1 bilhões.

Setor automotivo (R\$ 9,3 bilhões), Informática e automação (R\$ 8,5 bilhões), barcos e aviões (R\$ 6,5 bilhões).

Nem todos os segmentos contemplados podem ser classificados apenas como beneficiários de privilégios. Há, por exemplo, isenções e desonerações para a área de saúde -- remédios e equipamentos médicos --, que ampliam o acesso da população a seus produtos e serviços. É o mesmo caso dos recursos que deixam de ser arrecadados com incentivos fiscais a pesquisas científicas e inovação tecnológica

Segundo a Unafisco, a associação que reúne os auditores da **Receita Federal**, até 70% do total de gastos tributários embutem privilégios, com isenções ou desonerações que pouco retornam para a economia e a sociedade. Além disso, existem inúmeros vazamentos de receitas públicas.

As operações em plataformas internacionais de comércio eletrônico, agora em evidência, são apenas um exemplo desses vazamentos. A manobra fraudulenta, que consiste em enviar as mercadorias como se fossem vendidas por pessoas físicas e fracionar as compras para contê-las no limite de US\$ 50 por compra, representa perdas de receitas próximas a R\$ 10 bilhões por ano, nas estimativas da **Receita Federal**.

Também vazam taxas de exportação, que deixam de ser recolhidas com triangulações nos processos comerciais de venda internacional. Paraísos fiscais no Caribe, conforme detectado pela Receita, são

destinatários fictícios de grandes vendas externas de soja que, na verdade, se dirigem à China. No conjunto, esse tipo de elisão fiscal, nas estimativas oficiais, somaria R\$ 30 bilhões por ano.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/jose-paulo-kupfer/2023/04/19/arcabouco-e-crucial-mas-futuro-de-lula-depender-de-milagre-nas-receitas.htm>

Reforma tributária vai deixar comida mais cara? Entenda o que está em jogo

Do UOL, em São Paulo

O setor de alimentos diz que a comida pode ficar mais cara com a **reforma tributária**, e pressiona para ter tratamento especial. Defensores dizem que a reforma beneficia todos os setores. Entenda a discussão:

Reforma tributária pretende simplificar **tributos**. A proposta inicial da **reforma tributária** do consumo é unificar **impostos** e ter uma taxa única. Isso acabaria com o tratamento diferenciado dado hoje à cesta básica e eliminaria benefícios tributários do agronegócio.

A mudança tem gerado pressão por benefícios. Entidades ligadas ao agronegócio e à indústria de alimentos têm se movimentado para manter benefícios e isenções.

Defensores da reforma dizem que todos serão beneficiados. Quem defende a reforma diz que ela vai favorecer o ambiente de negócios e acabar com distorções.

Deputados já consideram criar modelo especial para alimentos. Com a pressão, a Câmara dos Deputados já considera criar um tratamento especial para o setor. Também estuda um modelo específico para o pequeno produtor, disse o coordenador do grupo de trabalho sobre o tema, deputado Reginaldo Lopes.

Porém, se algum setor pagar menos, outros precisarão pagar mais. A questão é que, se houver taxa menor para um ou mais setores da economia, o imposto sobre os outros itens vai precisar aumentar, diz Rodrigo Orair, diretor da Secretaria da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda. O desafio então é evitar uma proliferação de tratamentos especiais que desvirtue a reforma.

A indústria não quer pagar a conta. A indústria - que paga mais imposto hoje - não quer ter sua alíquota aumentada para pagar por benefícios de outros setores.

Modelo é complexo e tem múltiplas taxas. O consumo hoje está sujeito aos seguintes **impostos**: IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS. As alíquotas variam de item para item, mudam de um estado para o outro e até entre municípios. O imposto de um perfume fica em 69%,

enquanto o do queijo é 16%, segundo o IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação).

Complexidade gera resíduos tributários. Hoje uma empresa não consegue abater todos os **impostos** pagos ao longo de sua produção. Por exemplo: uma indústria de roupas não poderá abater parte das taxas pagas na compra do tecido, a depender do seu regime tributário. Isso gera resíduos tributários que impactam os preços.

Créditos não são pagos. Além de não poder abater parte do imposto, a empresa também não consegue receber de volta o imposto que ela tem direito de reaver. Isso porque, quando o imposto é pago, ele é incorporado ao Orçamento público, e a devolução fica em segundo plano frente a outras demandas dos governos.

Produtores rurais têm isenção em insumos. No modelo atual, entidades setoriais se organizam para conseguir benefícios fiscais, a fim de contornar os resíduos tributários. A atividade rural, por exemplo, conta com isenção em insumos, como fertilizantes ou sementes.

Cesta básica tem isenção de imposto. Os itens da cesta básica hoje contam com isenção de parte dos **impostos**. Hoje a cesta básica paga em média 9,8% de imposto, e a indústria de alimentos como um todo paga 23,8%, segundo dados da Abia (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos).

Um único imposto para substituir cinco. Um imposto único chamado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) substituiria os cinco **impostos** em vigor, com taxa única em torno de 25%.

Produção fica isenta de imposto. Com a simplificação do sistema, toda cadeia produtiva fica isenta de imposto. Ao comprar tecido, uma fábrica têxtil paga 25% de imposto e fica com 25% de crédito. A cobrança efetiva ocorre somente do consumidor final.

Fim da necessidade de incentivos fiscais. Pelo modelo, não há necessidade de taxa menor para insumos agrícolas ou qualquer outro insumo, de qualquer setor. A alíquota no meio da cadeia é irrelevante, pois sempre haverá crédito proporcional ao débito, diz Eurico Santi, professor da FGV e diretor do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), entidade que

ajudou a desenhar a desenhar a PEC 45, uma das propostas de reforma em discussão. O CCiF é um centro de estudos independente do governo e que tem parceiros privados, como Ambev , Braskem, Carrefour e Itaú.

Devolução do crédito será mais ágil. O imposto pago pela empresa irá para um conselho a ser criado. Esse órgão só destinará o dinheiro para o poder público quando a transação chegar ao consumidor final (que é o dinheiro do imposto que o governo vai abocanhar). O imposto pago ao longo da produção fica com o conselho para devolução. Por isso, ela será mais rápida do que é hoje, dizem os defensores da mudança.

Cesta básica perderia isenção. A isenção da cesta básica é um benefício custoso, que torna necessário o aumento de outros **impostos**, diz o CCiF. E ela vale para todos, sem distinção entre ricos e pobres. A proposta então é taxar a cesta básica e criar um mecanismo de cashback , para devolver o imposto pago pelos consumidores de baixa renda. A avaliação é que a tecnologia disponível hoje permite fazer essa devolução de forma ágil, no ato da compra, ou com crédito em um cartão.

Mudança vai fazer a economia crescer. Ainda que ocorram aumentos de preço pontuais, eles devem ser compensados pelo crescimento da economia e pela redução em outros itens. A estimativa é que a reforma gere um crescimento de mais de 20% da economia em 15 anos.

Preço da cesta básica preocupa. Entidades do setor dizem que a alíquota única vai encarecer a cesta básica e prejudicar a renda da classe média. Elas também desconfiam da viabilidade do cashback aos mais pobres. A Abia defende que a reforma reduza a carga tributária e implemente o imposto zero para os alimentos.

Aumento do imposto pode sobrar para o produtor. A CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) diz que o produtor pode ficar com parte do custo de um aumento de imposto. Isso porque o consumidor pode não estar disposto a pagar a mais por aquele item, obrigando o produtor a comprometer sua margem de lucro.

Demora na devolução dos créditos tributários. O setor não quer perder benefícios tributários adquiridos, como a isenção dos insumos. Há um temor de que o insumo passe a ser taxado em 25% e o produtor não consiga receber esse crédito, o que ampliaria muito o custo de produção. O setor quer saber então em quanto tempo os créditos do novo modelo seriam devolvidos e questiona quando os créditos atuais

serão pagos.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/04/19/reforma-tributaria-alimentos.htm>

CNA, CNT e CNC se unem contra alíquota única de imposto para bens e serviços - CAPITAL S/A



CAPITAL S/A

Cinco grandes confederações, em manifesto conjunto, pedem ajustes na **reforma tributária** e endossaram o documento O Brasil não pode errar, lançado ontem.

"Compete-nos alertar que as propostas em discussão no Congresso Nacional (PEC 45/2019 e PEC 110/2019) necessitam de ajustes para evitar impactos perversos e riscos à sociedade brasileira", aponta o documento. Assinam o texto setores que juntos empregam 41,7 milhões de trabalhadores e representam quase 60% da economia nacional. As entidades criticam a alíquota única para bens e serviços.

Desequilíbrio de carga

"Não faz sentido reduzir a carga sobre bens nacionais e importados para aumentar sobre os alimentos e serviços, que geram tanta riqueza e empregos em todo o país", frisa o manifesto.

Setores

Assinam o documento a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional do Transporte (CNT), a Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) e a Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP).

Aumento da cesta básica

Segundo o documento, do jeito que está proposta a

Fecomércio/Divulgação



Divulgação

reforma, ela acarretará elevação geral nos preços dos alimentos (mais 22% sobre a cesta básica), dos transportes, da habitação, da mensalidade escolar, da saúde (mais 38% sobre medicamentos e 22% sobre planos de saúde), do advogado, do turismo, da ginástica, do lazer, da segurança e de diversos outros serviços.

Enfim, Brasília

O Brasília Shopping apresenta, na Praça Central, a exposição Enfim, Brasília, a primeira no Brasil feita totalmente com Inteligência Artificial. Idealizada pelo artista Christus Nóbrega, a mostra estará em exibição até 30 de abril e é gratuita. Uma cidade imaginária e outra real se contrapõem e conduzem o público a uma experiência original sobre a capital, que celebra 63 anos nesta sexta-feira.

Parceria para internacionalização de negócios

A Fecomércio-DF e a Secretaria de Estado de Relações Internacionais (Serinter-DF) assinaram parceria. Além do foco na internacionalização de empresas do DF, viabilizará pesquisas, missões fora do país e projetos em diversas áreas como turismo, educação, ciência, tecnologia e inovação. O documento foi assinado pelo presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, e pelo secretário de Relações Internacionais, Paco Britto.

Nova sede da Fecomércio

A reunião ocorreu na nova sede da Fecomércio, que foi transferida recentemente do Setor Comercial Sul para a 712/912 Norte. Batizada em homenagem ao presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, a unidade é maior e mais moderna. Além de abrigar 14 dos 28 escritórios de sindicatos patronais que compõem a base da Federação, o local também é sede do Senac-DF.

Mulheres do Brasil e ONU

A presidente do Grupo Mulheres do Brasil no DF e coordenadora da Câmara de Mulheres Empreendedoras da CNC, Janete Vaz, participou, ontem, de reunião com a diretora geral da ONU no Brasil, Sílvia Rucks, em Brasília. A pauta foi o foco que os ODS da ONU têm no segmento feminino, com as metas de melhoria das condições de desenvolvimento humano (acesso à educação, saúde, segurança pública e mercado de trabalho). A reunião é um marco para realização de projetos em parceria com as entidades que já atuam em prol das mulheres. Também participaram da reunião, a presidente da Câmara de Empreendedoras da Fecomércio DF,

Beatriz Guimarães, e a coordenadora do grupo Mulheres do Brasil no DF, Ana Carolina Caputo.

Conexão Brasília - Argentina

Com o objetivo de fomentar a parceria entre Brasil e Argentina, a diretoria do Sindiatacadista-DF promoveu, ontem, café da manhã na sede do sindicato em Águas Claras. O evento contou com a presença de empresários do DF e representantes de empresas argentinas. Durante o encontro, o ministro Rodrigo Bardoneschi - chefe da Seção Econômica e Comercial da Embaixada Argentina, em Brasília -, falou sobre a "importância do intercâmbio entre as empresas dos dois países". Os participantes puderam conhecer as novidades do mercado argentino. Para o presidente do Sindiatacadista-DF, Álvaro Júnior, parcerias como essa "são boas" para o consumidor, fabricantes e atacadistas.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/19/all.pdf>

Investidor mantém cautela de olho no fiscal

Matheus Prado, Arthur Cagliari, Augusto Decker, Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

Os ativos locais ampliaram o movimento de ajuste, após os ganhos recentes, na sessão de ontem, na medida em que o governo entregou ao Congresso o detalhamento da sua proposta para a nova regra fiscal. Houve recepção negativa, durante o dia, à notícia posteriormente confirmada de que o texto final do arcabouço prevê 13 exceções aos limites anuais de despesa.

Nesse cenário, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 subiu de 13,22% no ajuste anterior para 13,255%; e a do DI para janeiro de 2027 foi de 11,725% para 11,91%.

O dólar avançou para R\$ 4,976, em alta de 0,81%, com o real entre as moedas de pior desempenho no dia. Já o Ibovespa subiu 0,14%, a 106.163 pontos, impulsionado por ações de exportadoras.

Desde o início da sessão, rumores de que a proposta do governo poderia contemplar exceções do ponto de vista dos gastos provocaram um movimento de ajustes no mercado local, apesar do crescimento da economia chinesa ter dado algum suporte ao fluxo comprador.

À tarde, a divulgação do texto confirmou que 13 despesas não entram nos limites anuais de gastos estabelecidos pela regra.

Na visão do diretor da tesouraria de um grande banco local, após a retirada dos principais riscos de cauda que estavam precificados nos ativos domésticos, o mercado pode enfrentar novos ventos contrários à frente. "Embora resiliente, o Brasil está prestes a enfrentar alguns obstáculos que podem ter impacto negativo nos mercados por um tempo", afirma o executivo, ao citar as discussões sobre o arcabouço fiscal no Congresso e de como aumentar a arrecadação para tornar o projeto crível.

"Não por acaso, hoje [ontem] os mercados estão sofrendo um pouco e reagindo a alguns ruídos quanto à implementação da regra fiscal", afirma. "Está aberta a 'temporada dos ruídos', já que as negociações entre os setores divergentes são sempre fonte de tensão.

Além disso, na margem, os mercados globais se deterioraram com riscos crescentes de uma leve estagflação", nota o profissional. Ele cita, ainda, o posicionamento técnico no mercado de câmbio que se

deteriorou, assim como o nível de preços. "O dólar abaixo de R\$ 5 não é mais a melhor exposição", diz.

Da mesma forma, o estrategista Dirk Willer, do Citi, observa que, embora o real tenha mostrado um desempenho forte recentemente devido a motivos externos e internos, a incerteza doméstica deve aumentar mais uma vez, "porque o Congresso pode diluir os projetos, contribuindo para manter o real em níveis mais depreciados".

Para o analista de ações Rafael Cintra, da Forpus Capital, o juro real precisa cair para a bolsa andar e medidas fiscais mais rígidas poderiam ajudar na queda da taxa nominal, mas o arcabouço não ajuda porque não garante a convergência da dívida. "O texto tem muitas exceções e é fortemente dependente de arrecadação", diz.

Assim, de acordo com Cintra, a queda do juro real pode se dar pelo fortalecimento do dólar e a consequente pressão que a divisa exercerá sobre a **inflação**. Isso, mais a pressão política pelo início do ciclo de corte de juros, tende a criar uma janela de entrada na bolsa no segundo semestre. Mas, na visão do analista, para que haja melhora estrutural, é preciso que a **reforma tributária** avance, para que o investidor tenha clareza sobre setores impactados e as reais oportunidades de alocação.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187523>

Lira quer votar projeto na Câmara até 10 de maio

WESLEY GALZO BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse ontem que o texto da nova âncora fiscal pode ser votado na Casa até 10 de maio. "É importante que tenhamos o arcabouço e todas as suas condicionantes discutidas e votadas antes da reforça tributária. Portanto, a gente tem prazo", afirmou Lira. "Se nós pudermos cumprir o prazo até o dia 10 de maio na Câmara, eu acho que atende bem e dá um debate tranquilo no tema." Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o ideal é que o projeto seja votado também no Senado ainda no primeiro semestre.

Para viabilizar as metas fiscais, o governo pretende aumentar a arrecadação em R\$ 150 bilhões por ano. "Cada renúncia fiscal indevida é uma pessoa passando fome", disse Haddad. "Temos R\$ 600 bilhões de renúncia fiscal no Orçamento.

Estamos querendo rever um quarto dessa renúncia para garantir a sustentabilidade fiscal do País. É algo que já está na agenda há muitos anos." Segundo Lira, as medidas para ampliar a arrecadação devem facilitar a aprovação da reforma tributária - outra prioridade do governo Lula.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Decisão mostra como será difícil elevar arrecadação

Marta Watanabe São Paulo

O recuo do governo da ideia de reforçar a tributação de remessas de produtos importados por pessoas físicas para valores de até US\$ 50 tem impacto pequeno no contexto fiscal atual, mas é "icônico" da dificuldade que deve ser enfrentada para emplacar as medidas para elevação de arrecadação necessárias para a sustentabilidade do arcabouço fiscal. A medida renderia receita de R\$ 8 bilhões, ante cerca R\$ 100 bilhões a 150 bilhões necessários para se cumprir as metas de resultado primário.

Carlos Kawall, sócio e fundador da Oriz Partners, lembra que, além da resistência que sempre se tem a uma maior tributação, outras receitas mais representativas em termos de potencial de arrecadação e que estão na mira do governo também devem enfrentar dificuldades para serem viabilizadas, como a questão da dedução das subvenções na base de cálculo do Imposto de Renda (IR).

O tema, avalia Kawall, envolve interpretação de lei muito controversa e já foi judicializado. Diferentemente de medidas como a tributação de exportação de petróleo ou a da já anunciada tributação sobre apostas on-line, que requer regulamentação, a tributação das encomendas internacionais de até US\$ 50 por pessoas físicas, a rigor, seria por tributo já existente - o Imposto de Importação - com fato gerador bem definido, que é a entrada da mercadoria estrangeira em território nacional, e que estaria, inclusive, em consonância com o objetivo da **reforma tributária** da tributação sobre consumo defendida pelo governo federal.

No momento em que a discussão ficou mais polêmica, o próprio Ministério da Fazenda esclareceu que, no caso das importações, nunca existiu isenção de US\$ 50 para compras on-line do exterior. Portanto, não fazia sentido afirmar que se pretendia acabar com o que não existe. A isenção é concedida para encomendas no valor de até US\$ 50 remetidas por pessoa física e destinadas a pessoas físicas, esclareceu a Fazenda.

O fato é que, cientes ou não da regra de que a transação deve ser feita entre pessoas físicas para ser beneficiada pela isenção, os consumidores usam o valor de US\$ 50 como referência para compras em

sites internacionais e as encomendas chegam às suas casas na maior parte das vezes livres da tributação do Imposto de Importação.

A ideia para se chegar à receita de R\$ 8 bilhões era reforçar a fiscalização para verificar se o remetente se trata mesmo de pessoa física e se não há fracionamento de compras para evitar ultrapassar os US\$ 50. Não seria necessário instituir tributação, apenas "instrumentalizar a **Receita Federal** para fazer valer a lei que já existe", como declarou anteontem o secretário da Receita, Robinson Barreirinhas.

A razão do recuo, portanto, não está relacionada à complexidade de aprovação de nova lei ou regulamentação.

A questão é a dificuldade de qualquer governo de passar a cobrar um imposto que por alguma razão não é recolhido. Mesmo quando o aumento de arrecadação tributária é considerado imprescindível para que o novo governo consiga chegar às metas de resultado primário já propostas em nova regra fiscal, dentro de um arcabouço em que há sempre aumento real de despesas, ainda que limitado.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187523?page=1§ion=1>